

1 **ATA DA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2021 DO CONSELHO**  
2 **UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos  
3 dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, reuniu-  
4 se virtualmente o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a  
5 presidência do Magnífico Reitor da Universidade, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ  
6 DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros:  
7 Adilton Dorival Leite, Alberto Luiz Francato, Alberto Luiz Serpa, Amanda Carvalho  
8 Maia, Anderson Jesus Viana Arantes, André Martins Biancarelli, André Victor Lucci  
9 Freitas, Andréa Marcondes de Freitas, Andréia Galvão, Angel Pontin Garcia, Anna  
10 Christina Bentes da Silva, Anna Victória dos Reis, Antonio Gonçalves de Oliveira Filho,  
11 Benilton de Sá Carvalho, Bruna Carolina Garcia, Claudia Maria Bauzer Medeiros,  
12 Claudia Vianna Maurer Morelli, Cláudio José Servato, Cristiane Maria Megid, Dirce  
13 Djanira Pacheco e Zan, Edson Tomaz, Eduardo Gurgel do Amaral, Elisabeth Cardozo,  
14 Ester Paula de Moraes, Evanir Lopes Teixeira, Fernando Antonio Santos Coelho,  
15 Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Francisco Haiter Neto,  
16 Francisco Hideo Aoki, Gabriela Barros Gonçalves, Heloise de Oliveira Pastore Jensen,  
17 Ignacio Maria Poveda Velasco, Ivan Felizardo Contrera Toro, Jefferson Cano, João  
18 Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Marcos Travassos Romano, José Alexandre  
19 Diniz, José Antonio Rocha Gontijo, José Luis Pio Romera, José Roberto Ribeiro, Julia  
20 Bahia Adams, Leandro Aparecido Villas, Lício Augusto Velloso, Luan Ramos da Silva,  
21 Luiz Carlos Dias, Luiz Carlos Zeferino, Marcelo Alves da Silva Mori, Márcio Alberto  
22 Torsoni, Márcio Antonio Cataia, Marco Aurélio Zezzi Arruda, Maria Helena Baena de  
23 Moraes Lopes, Maria Luiza Moretti, Mariângela Ribeiro Resende, Marisa Masumi  
24 Beppu, Matheus da Silva Marcheti Martins, Milena Tibúrcio Cicone, Mirna Lúcia  
25 Gigante, Mônica Alonso Cotta, Muriel de Oliveira Gavira, Orival Andries Júnior, Paulo  
26 Adriano Ronqui, Paulo Régis Caron Ruffino, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas,  
27 Renê José Trentin Silveira, Rodrigo Ramos Catharino, Rosmari Aparecida Ribeiro,  
28 Samuel Rocha de Oliveira, Vanessa Petrilli Bavaresco, Verónica Andrea González-López  
29 e Wagner de Melo Romão. Como convidados especiais, compareceram os professores:  
30 Adriana Nunes Ferreira, Douglas Soares Galvão, Marcos Aparecido Lopes, Maria Silvia  
31 Viccari Gatti, Pascoal José Giglio Pagliuso, Paulo César Montagner e Zigomar Menezes  
32 de Souza; a doutora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel; a doutora Fernanda Lavras  
33 Costallat Silvado; e os senhores Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli  
34 Finelli, Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza e Thiago Baldini da Silva.  
35 Compareceu também o representante discente suplente da pós-graduação Matheus Alves  
36 Albino. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Anderson de Rezende  
37 Rocha, sendo substituído pelo conselheiro Leandro Aparecido Villas; Mariana Gomes  
38 Vicente, sendo substituída pela conselheira Julia Bahia Adams; Karolyne Steffany de  
39 Souza, sendo substituída pelo conselheiro Anderson Jesus Viana Arantes; e Eliana da

1 Silva Souza. Trata-se de uma reunião que será realizada de forma virtual em função do  
2 isolamento social causado pela pandemia de Covid-19. Pede a colaboração de todos para  
3 o sucesso da reunião; informa que os microfones estarão silenciados, exceto pela pessoa  
4 que estiver usando. O uso da palavra se dará por ordem de inscrição, que se faz por meio  
5 do símbolo de mão que está à direita da tela, na plataforma Zoom, e para manifestação os  
6 conselheiros deverão respeitar o limite temporal de cinco minutos. Informa que as  
7 senhoras Eliana Ferreira Elias e Zenaide Onório, respectivamente titular e suplente, foram  
8 reconduzidas pelo Dieese como membros da comunidade externa, cujos mandatos são de  
9 04 de agosto de 2021 a 03 de agosto de 2023. Informa também que estão disponíveis no  
10 *site* da Secretaria Geral os pareceres CLN 35/2021, 36/2021 e 37/2021, referentes aos  
11 itens 01, 02 e 03 da Ordem do Dia, respectivamente. Passa à Ordem do Dia, com 04 itens,  
12 e todos estão destacados pela Mesa: item 01 – Proc. nº 01-P-1300/1967 –, que trata da  
13 proposta de Deliberação Consu que altera o artigo 97 e o inciso IV do artigo 98 dos  
14 Estatutos; o artigo 164, o inciso IV do artigo 165 e o artigo 171 do Regimento Geral da  
15 Unicamp e estabelece Disposições Transitórias; item 02 – Procs. nºs 01-P-14501/2001,  
16 01-P-13654/2020, 01-P-13453/2006 e 01-P-28278/2014 –, que trata proposta de  
17 Deliberação Consu que altera a Deliberação Consu-A-09/2015 que dispõe sobre as  
18 normas a serem observadas nos concursos para provimento de cargo de Professor Titular,  
19 a Deliberação Consu-A-60/2020 que dispõe sobre as normas para realização de concursos  
20 para o Título de Livre-Docente e a Deliberação Consu-A-24/2013, que institui a  
21 Comissão Central de Recursos Humanos; item 03 – Dossiê nº 01-D-23705/2021 –, que  
22 trata da proposta de Deliberação Consu que dispõe sobre o planejamento da retomada das  
23 progressões nas carreiras da Universidade Estadual de Campinas após encerrado o prazo  
24 previsto no artigo 8º da lei complementar 173/2020; item 04 – Proc. nº 01-P-19600/2020  
25 –, que trata da Segunda Revisão do Orçamento 2021, com Demonstrativo  
26 Receita/Despesa. Está pensando em conduzir a discussão e as decisões da seguinte forma:  
27 fazer a discussão dos itens 01, 02 e 03 em conjunto, pois eles têm um componente de  
28 deliberação, em particular no caso da livre-docência, têm minutas, mas também no  
29 processo de progressão, e eles têm um elemento associado a orçamento. Fará uma  
30 apresentação sintética da questão das minutas da livre-docência e depois o professor  
31 Fernando Sarti vai fazer uma apresentação sintética também da minuta associada à  
32 progressão, que é o item 03. Mas vão decidir os itens, em termos de votação,  
33 separadamente, e tem de se considerar que a mudança estatutária exige 2/3 dos votos do  
34 total de membros do Conselho Universitário para aprovação. Então, as votações serão  
35 separadas. E depois discutem o item 04, que é a revisão orçamentária. Passa à discussão  
36 das minutas, e observa que a ideia é que os textos sirvam como orientação, não vai  
37 conversar sobre todos os itens, vai chamar a atenção para os principais. No item 01,  
38 basicamente a norma revincula a progressão a professor associado MS-5.1 à obtenção do  
39 título de livre-docência. Fizeram uma alteração, então chama a atenção para o que muda

1 em relação às versões apresentadas anteriormente; está no artigo 5º, que se refere ao artigo  
2 171 do Regimento Geral da Unicamp. Essa parte está igual à da proposta originalmente  
3 feita, no entanto acrescentaram uma mudança no parágrafo 1º do artigo 172. Solicita que  
4 verifiquem na apresentação que está no telão que o artigo 172 tem a redação igual antes  
5 das duas últimas linhas, ou da parte grifada; a parte grifada é que além de a pessoa ter o  
6 título de doutor, conferido pelo menos três anos antes da data de inscrição, ela precisa  
7 atender ao perfil mínimo da respectiva unidade para o nível MS-5.1. Esse procedimento  
8 é o que normalmente as unidades seguem, elas atestam no ato de aceitação da inscrição  
9 que os candidatos inscritos atendem ao perfil mínimo da respectiva unidade. Então só  
10 deixaram isso explícito aqui, não basta que a pessoa tenha três anos de doutorado antes  
11 da inscrição, ela tem de atender aos requisitos mínimos especificados no perfil de cada  
12 unidade, que é o padrão que normalmente seguem já na história da Universidade. Essa  
13 primeira minuta tem de ser aprovada com os 2/3 dos membros do Conselho Universitário.  
14 O item 02 da pauta, por sua vez, faz pequenas modificações no formato dos artigos, mas  
15 a grande modificação é aquela que está no parágrafo único do artigo 2º. Ele especifica a  
16 partir de 2023 o estabelecimento de um período que vai de 1º de setembro a 31 de outubro  
17 de cada ano para a publicação dos editais de abertura de concurso para livre-docência.  
18 Isso significa que em 2023 só nesse período deverão ser publicados editais. Isso não entra  
19 em vigor em 2022, quando só voltaria a revinculação, a partir do início de 2022; em 2022  
20 utilizariam o procedimento similar ao que tinham antes da desvinculação, e em 2023  
21 acrescentariam a esse procedimento um período específico para publicação de editais. No  
22 item 03, a minuta trata da retomada do processo de progressões. Passa a palavra ao  
23 professor Fernando Sarti, que vai detalhar essa minuta de deliberação. O Conselheiro  
24 FERNANDO SARTI diz que imagina que todos já tenham lido, mas solicita à doutora  
25 Ângela que faça a leitura da minuta, para depois poderem realizar os esclarecimentos. A  
26 doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI lê: “Dispõe sobre o planejamento da  
27 retomada das progressões nas carreiras da Universidade Estadual de Campinas após  
28 encerrado o prazo previsto no art. 8º da Lei Complementar n.º 173/2020. O Reitor da  
29 Universidade Estadual de Campinas, na qualidade de presidente do Conselho  
30 Universitário, tendo em vista o decidido na 3ª Sessão Extraordinária realizada em  
31 17.08.21, considerando: a paralisação dos processos de promoção e progressão e dos  
32 concursos para provimento de cargo de Professor Titular a partir da entrada em vigor da  
33 Lei Complementar nº 173/2020; a intenção de se retomar, a partir de 2022, as promoções  
34 e progressões nas diferentes carreiras da Universidade e a necessidade de seu  
35 planejamento; as análises, conclusões e dados trazidos pelos Grupos de Trabalho que  
36 estudaram as condições e procedimentos para retomada e continuidade das progressões e  
37 promoções nas diferentes carreiras da Unicamp; que promoções e progressões nas  
38 diferentes carreiras seguirão os trâmites previstos nas normas que as regem, com base e  
39 privilegiando-se a análise do mérito; que as promoções e progressões a se realizarem em

1 2022 obedecerão ao quanto previsto no respectivo orçamento, a ser aprovado pelo  
2 Conselho Universitário, em sessão extraordinária, mediante parecer da COP e da CAD; a  
3 intenção de que os processos de promoção e progressão das carreiras da Universidade  
4 tenham um fluxo contínuo para os exercícios subsequentes; baixa a seguinte Deliberação:  
5 Artigo 1º - A partir de janeiro de 2022 fica autorizada a retomada dos processos de  
6 promoção e progressão de todas as carreiras da Universidade Estadual de Campinas, em  
7 virtude do término do prazo previsto no art. 8º da Lei Complementar n.º 173/2020,  
8 respeitadas as respectivas normas de promoção, progressão e concurso público e atendido  
9 o mérito conforme cada caso. Artigo 2º: A retomada do processo de promoções e  
10 progressões dos docentes da Carreira do Magistério Superior compreende as promoções  
11 horizontais para os níveis MS-3.2, 5.2 e 5.3, previstas na Deliberação Consu-A-027/2014,  
12 a obtenção do Título de Livre-Docente e o respectivo acesso ao nível MS-5.1, nos termos  
13 da Deliberação Consu-A-XX/2021 (número a ser dado ainda), e os concursos públicos  
14 para o cargo de Professor Titular, nível MS-6. Parágrafo único: Os processos de promoção  
15 e concursos públicos para o cargo de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior,  
16 que foram suspensos em virtude da Lei Complementar nº 173/2020 e nos termos das  
17 Instruções Normativas PRDU nº 01 e 02/2020, serão retomados a partir de janeiro de  
18 2022, com os recursos que estavam reservados à época. Artigo 3º: A retomada do  
19 processo de progressão dos servidores da Carreira Paepe, nos termos da Deliberação  
20 CAD-A-012/2021, poderá ser realizada a partir de janeiro de 2022. § 1º. Para o processo  
21 de progressão a ser realizado em 2022, fica aprovada a seguinte distribuição dos recursos  
22 a serem destinados para cada um dos segmentos por cada Unidade ou Órgão, conforme  
23 sua especificidade. I - 80% do total dos recursos a serem disponibilizados destinados para  
24 a progressão horizontal e 20% para a progressão vertical; II - flexibilização de 10 pontos  
25 percentuais na distribuição prevista no inciso anterior, de modo que os recursos a serem  
26 destinados para a progressão horizontal fiquem dentro de uma faixa de 70% a 90% e para  
27 a progressão vertical de 10% a 30% dos recursos totais. § 2º. A distribuição dos recursos  
28 a serem disponibilizados para cada órgão e unidade de ensino para os processos de  
29 progressão da Carreira Paepe a ser realizado em 2022 deverá ser proporcional à sua folha  
30 de pagamento de servidores ativos. Artigo 4º - Os processos de promoção e progressão  
31 da Carreira Docente em Ensino de Línguas (DEL), da Carreira Docente em Educação  
32 Especial e Reabilitação (DEER), da Carreira do Magistério Artístico (MA), da Carreira  
33 do Magistério Tecnológico Superior (MTS), da Carreira do Magistério Secundário  
34 Técnico (MST), da Carreira de Pesquisadores (PQ) e da Carreira de Procurador de  
35 Universidade poderão ser retomados a partir de 2022, de acordo com as normas que,  
36 respectivamente, regem esses procedimentos. Parágrafo único - Os processos de  
37 promoção, que foram suspensos em virtude da Lei Complementar nº 173/2020 e nos  
38 termos da Instrução Normativa PRDU nº 01/2020, serão retomados a partir de janeiro de  
39 2022, com os recursos que estavam reservados à época. Artigo 5º - Para a retomada das

1 progressões das carreiras da Universidade prevista nesta Deliberação estima-se impacto  
2 no valor máximo de 1,7% do orçamento 2022, o que deverá ser submetido, avaliado e  
3 aprovado no orçamento da Universidade em dezembro de 2021 mediante parecer da COP,  
4 CAD e deliberação do Consu. Parágrafo único - Estima-se que o impacto orçamentário  
5 previsto no *caput* deste artigo será distribuído entre as carreiras da Universidade da  
6 seguinte forma: I - 0,7% Carreira do Magistério Superior; II - 0,8% Carreira Paepe; III -  
7 0,2% Carreira Docente em Ensino de Línguas (DEL), Carreira Docente em Educação  
8 Especial e Reabilitação (DEER), Carreira do Magistério Artístico (MA), Carreira do  
9 Magistério Tecnológico Superior (MTS), Carreira do Magistério Secundário Técnico  
10 (MST), Carreira de Pesquisadores (PQ) e Carreira de Procurador de Universidade. Artigo  
11 6º - As medidas preparatórias para os processos de promoção e progressão das Carreiras  
12 da Universidade que não impliquem em reserva ou previsão de recursos e que não  
13 infrinjam a Lei Complementar nº 173/2020 poderão ser adotadas em 2021. Artigo 7º -  
14 Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as  
15 disposições em contrário”. A Conselheira MARIA HELENA BAENA DE MORAES  
16 LOPES diz que tem dois questionamentos: em relação à categoria Paepe, observa que a  
17 Faculdade de Enfermagem, junto com a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, é uma das  
18 menores unidades e, portanto, possuem um corpo muito enxuto de servidores Paepe,  
19 extremamente dedicados. E eles acabam sendo penalizados por terem um dos menores  
20 orçamentos da Universidade, e com isso não conseguem fazer progressão dos dois  
21 segmentos, superior e médio. Acredita que haja outras unidades que também sejam  
22 pequenas e podem também ter esses dois segmentos, ou até três segmentos, que seria o  
23 fundamental também. Então, a solicitação da Faculdade é que no artigo 3º, parágrafo 2º,  
24 “A distribuição dos recursos a serem disponibilizados para cada órgão e unidade de ensino  
25 para os processos de progressão da Carreira Paepe a ser realizada em 2022 deverá ser  
26 proporcional à sua folha de pagamentos dos servidores ativos”, fosse acrescentado:  
27 “respeitando o mínimo de uma progressão vertical por segmento”, que seria fundamental,  
28 médio e superior, porque senão vai causar um desincentivo para as pessoas que estão  
29 trabalhando às vezes até sozinhas no seu setor, dedicando-se, e sem perspectivas de ter  
30 uma progressão a curto ou médio prazo. O Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI  
31 diz que o artigo 2º, parágrafo único, define que os processos de promoção e concursos  
32 públicos para o cargo de Professor Titular que foram suspensos por conta da lei  
33 complementar 173 serão retomados a partir de janeiro de 2022, com os recursos que  
34 estavam reservados à época. Também há os casos das promoções e progressões da  
35 Carreira do Magistério Superior para os níveis MS-3.2, 5.2 e 5.3. Sua sugestão é que  
36 incluam nesse parágrafo os processos de promoções e progressões dos docentes da  
37 Carreira do Magistério Superior para os níveis MS.3.2, 5.2 e 5.3, além dos processos de  
38 promoção de professor titular, eles ocorram, porque na carreira em que tem o MA, em  
39 que existe a carreira PQ, as carreiras especiais, a gente também tem esse parágrafo único.

1 Então a gente tem o parágrafo único que fala sobre os concursos para titulares para as  
2 carreiras especiais, mas esses que já estavam acontecendo, que foram também suspensos,  
3 eles não estão incluídos nesse parágrafo único. Então a sua sugestão de incluir nesse  
4 parágrafo único. O MAGNÍFICO REITOR diz que no artigo 2º, parágrafo único, estão  
5 constando os processos de promoção e concursos públicos para o cargo de professor  
6 titular da carreira do magistério superior. Pergunta se é nesse ponto que o professor Paulo  
7 Ronqui estaria querendo colocar os outros processos de promoção. O Conselheiro  
8 PAULO ADRIANO RONQUI responde que sim, para incluir os processos de promoção  
9 de nível MS-3.2, 5.2 e 5.3 que haviam sido paralisados. Porque o artigo 2º fala sobre isso,  
10 a retomada de processos de promoções e progressões dos docentes da carreira do  
11 Magistério Superior de níveis MS-3.2, 5.2 e 5.3. A doutora ÂNGELA DE NORONHA  
12 BIGNAMI esclarece que quando consta no parágrafo único “os processos de promoção”,  
13 a ideia era que já abarcasse isso que o professor Paulo Ronqui está falando. Pergunta se  
14 ele acha melhor então incluir mais alguma coisa. O Conselheiro PAULO ADRIANO  
15 RONQUI diz que era uma dúvida, pois na sua leitura não havia compreendido dessa  
16 forma. Mas se estão incluídos ali os de promoções horizontais, como delineiam para o  
17 professor titular, não sabe se é necessário também destacar essas que estavam paradas  
18 anteriores, de níveis MS-3.2, 5.2 e 5.3. Pode ser um preciosismo da sua parte. O  
19 Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA pergunta se acrescentassem,  
20 incorporando a dúvida do professor Paulo, “os processos de promoção mencionados ou  
21 supracitados, ou mencionados no *caput* do artigo, e os concursos públicos”, não resolveria  
22 essa questão. O MAGNÍFICO REITOR responde que acha que sim. Vai anotar a sugestão  
23 do professor Renê e depois verificam antes da votação. O Conselheiro JOSE LUIS PIO  
24 ROMERA informa que o Fórum das Seis encaminhou um ofício hoje ao Cruesp  
25 solicitando a reunião do GT salarial, porque como estão prevendo progressão e promoção  
26 para o ano que vem, o que considera correto, é também necessário prever a questão  
27 salarial, até porque ano que vem é ano eleitoral, a lei tem os efeitos da emenda  
28 constitucional 109 e o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então acha que  
29 deveriam andar com esse GT para prever as questões para o ano que vem. Destaca que  
30 no artigo 5º da minuta em questão, ao invés de “no máximo 1,7% do orçamento”, deveria  
31 ser “no mínimo 1,7%”. A Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES diz que  
32 estão avançando em uma discussão de carreira com plano definido, já que segundo essa  
33 gestão a lei complementar 173 é o que os está segurando em 2021, então pelo menos  
34 possuem uma previsão para 2022, mas não tem o como. Então é mais uma vez um tiro no  
35 escuro, o trabalhador sem saber se vai progredir, e como vai progredir, e quantos vão  
36 progredir. Possuem orçamentos e tudo o mais, mas na prática a gente só vê o trabalhador  
37 sem ou com quase nenhuma esperança de alguma progressão ou de alguma reposição  
38 salarial. Destacando que carreira é diferente de dissídio, sabem disso, mas neste momento  
39 qualquer recuperação salarial para o servidor é muito importante, crucial. Há um

1 desespere geral na Unicamp, principalmente da parte dos servidores da Carreira Paepe,  
2 por essa situação, por estarem com salários muito defasados. Dito isso, aproveita sua fala  
3 para registrar o que acabou de acontecer. Acabou de ser barrada no Conselho  
4 Universitário, do qual é titular, assim como a senhora Evanir Lopes que também é titular;  
5 haviam comentado em um grupo de WhatsApp, onde havia outros conselheiros, que  
6 tinham a intenção de vir aqui presencialmente. Está presencial desde sempre, a senhora  
7 Evanir também, mas ela agora está afastada por motivo de saúde, pois são da área da  
8 Saúde. E já que a Unicamp pretende retomar, tem os protocolos todos já avançando de  
9 como vai ser esse retorno, a questão da vacinação, ela e a senhora Evanir já estão  
10 vacinadas, e já estaria aqui porque acabou de sair do seu plantão na Saúde, desceu para a  
11 sala do Consu para participar presencialmente, como já tinha também observado presença  
12 de outros titulares pela câmera quando participa de casa, vê que há outros titulares na sala  
13 do Conselho. Acontece que chegando aqui na Reitoria hoje, ficou sabendo que já tinha  
14 sido avisado que ela e a senhora Evanir viriam presencialmente e que já tinha um recado  
15 que era para barrá-las. E tinha esse recado dizendo que vinham mais pessoas com a gente  
16 também. Esclarece para este Conselho que não é terrorista, não tem intenção nenhuma de  
17 vir para o Conselho fazer qualquer tipo de bagunça, sabe muito bem o seu papel aqui, e  
18 para que foi eleita. E foi eleita por trabalhadores que estão desesperados neste momento  
19 pelo desrespeito que têm recebido desta Universidade. E é por esse desrespeito que  
20 considera que foi barrada hoje. É um desrespeito não às pessoas dela e da senhora Evanir,  
21 mas aos trabalhadores que estão representados por elas. Sabe que não era esse o momento  
22 de fala, mas ficou indignada com essa situação, está no momento em uma sala que lhe  
23 arrumaram, um computador com internet, e ficou aqui para participar da reunião. Não  
24 sabe como chegou esse tipo de informação de que entraria aqui com mais pessoas, ou o  
25 que tenha sido que faria no Conselho, a ponto de vir uma ordem de cima para barrar sua  
26 participação. E se essa participação foi barrada com justificativa com protocolo de  
27 segurança, acha que não é o momento de retomar e nem iluminar a Unicamp. Porque se  
28 não pode participar de um Conselho que tem todo protocolo de segurança, imagina se a  
29 Unicamp vai dar conta de voltar para o *campus*. Pede desculpas pelo desabafo, mas em  
30 nome dos meus pares também, que a colocaram neste Conselho, não poderia deixar de  
31 registrar essa questão. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que quem está aqui na sala do  
32 Consu são só os Pró-Reitores, o Reitor, a Coordenadora Geral e a equipe de apoio da  
33 Secretaria Geral que organiza o evento. Nem a procuradora geral está aqui na sala do  
34 Consu. Foram feitas consultas ao Gabinete do Reitor, não foi feita pela senhora Gabriela,  
35 de diretores que queriam participar presencialmente, e acharam melhor que isso não  
36 ocorresse, já que teriam de consultar o conjunto dos membros do Consu se alguém mais  
37 teria desejo de participar. Então, não fizeram essa consulta e acharam que seria uma  
38 decisão equivocada decidirem por um membro, além da equipe próxima da gestão, ter  
39 acesso à sala do Consu. Disponibilizaram um local ao lado e agradece à senhora Gabriela

1 pela sua participação e por estar em acesso remoto, porém presente na reunião, podendo  
2 se expressar livremente. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO diz que fará dois  
3 apontamentos. No artigo 3º, parágrafo 2º, acompanha a professora Maria Helena; a  
4 CSARH do Cotil se reuniu, discutiu a proposta que está em pauta, e se manifestou sobre  
5 essa situação. A situação é similar, o Cotil tem um quadro de servidores bastante reduzido,  
6 acredita que outras unidades e órgãos da Unicamp se assemelham a essa situação, e a  
7 CSARH e a direção do Cotil entendem que da forma como está a proposta, com uma  
8 flexibilização apenas de 10% para mais ou menos para a progressão vertical, não  
9 conseguem promover nem mesmo um servidor verticalmente, e isso será um prejuízo para  
10 a equipe e para a unidade. A equipe também se encontra bastante sobrecarregada, muito  
11 comprometida com as atividades. Em 2019, quando houve a progressão na Carreira  
12 Paepe, o Cotil conseguiu promover apenas um servidor na vertical, já que os recursos  
13 provisionados inicialmente foram insuficientes para promover um segundo servidor. E  
14 ainda que os recursos sejam de outros valores agora, o quadro de funcionários continua  
15 reduzido, em sua maioria no início da carreira. Possuem 40 vagas certificadas, e hoje  
16 estão com 24 servidores ocupando as vagas. Calculam que com essa distribuição, não vão  
17 conseguir nenhuma promoção vertical, por isso também propõem que a promoção garanta  
18 pelo menos o mínimo de promoção vertical em cada segmento, fundamental, médio e  
19 superior, além da progressão horizontal já planejada. Entendem que a promoção vertical  
20 é fundamental, no mínimo uma de cada segmento. Outro destaque é em relação ao artigo  
21 4º, que trata das progressões das carreiras especiais, da carreira de pesquisadores, de  
22 procurador da Universidade; o parágrafo único, em seu final, menciona “com os recursos  
23 que estavam reservados à época”, então trata da retomada dos processos de progressão, a  
24 partir de janeiro de 2022 com os recursos que estavam reservados à época. Os recursos  
25 da época destinados eram outros valores, que iriam atender a uma pequena parte da  
26 demanda hoje do Colégio, por exemplo. Então gostaria de entender melhor qual é a  
27 garantia que terão de que além dos recursos que já estavam reservados na época, terão  
28 novos recursos. Pergunta qual é a garantia da deliberação de que haverá recursos para  
29 promoção, para demandas que vieram a partir dessa data, que na verdade estão há quatro  
30 anos em uma fila. Para se ter ideia, no Cotil os recursos destinados à época contrariariam  
31 em torno de oito professores. Hoje possuem uma fila de quase 40 professores, um quadro  
32 de 75 professores efetivos, portanto são mais de 50% dos professores que aguardam  
33 recurso para promoção. Então essa é a preocupação da direção, a preocupação dos  
34 professores, inclusive dos representantes no Conselho Universitário e no GT que discutiu  
35 a proposta para retomada das progressões das carreiras especiais dos procuradores e  
36 pesquisadores. O MAGNÍFICO REITOR diz que o professor José Roberto esteve  
37 presente na Cepe e na CAD, as duas discutiram esse assunto, e o que delimita é o inciso  
38 III do artigo 5º, 0,2% do orçamento, do impacto orçamentário. É essa a restrição. A  
39 restrição não está no parágrafo único, o parágrafo único está simplesmente dizendo que



1 aquilo que foi interrompido terá continuidade. Mas o teto é dado pelo 0,2%, no caso das  
2 carreiras especiais, 0,8% no caso da Paepe e 0,7% no caso da carreira MS, e isso tinha  
3 ficado claro já na Cepe e na CAD. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que já  
4 tiveram a oportunidade de se manifestar no expediente do Consu do dia 03 de agosto.  
5 Têm concordância de que é chegado o momento mesmo de valorização das pessoas, de  
6 promoverem progressões, é grato esse momento de poder propiciar isso. Quanto aos  
7 Estatutos, como já havia colocado, acha que não voltam na condição anterior à mudança  
8 da desvinculação, chegam a um texto melhorado, uma vez que coloca que são concursos  
9 de livre-docentes realizados pela Unicamp ou por ela reconhecido. Então, acha que nesse  
10 sentido os Estatutos estão com a redação perfeita nesse aspecto, ainda mais tendo a  
11 concordância da PG. E no item 02, na questão do calendário único dos procedimentos de  
12 reconhecimento de livre-docente também existe essa concordância, como já discutiram  
13 na reunião anterior. A pergunta que possui é em relação ao item 03, que talvez seja a  
14 novidade desta reunião. A alteração que o professor Antonio José explicitou sobre atender  
15 aos critérios do nível MS-5.1 também é ponto pacífico. A sua pergunta é em relação à  
16 redação apresentada do artigo 5º do item 03: o texto especifica uma estimativa do que vai  
17 ser orçado para a PDO de 2022, e pergunta o que ali é uma condição de contorno rígida,  
18 ou seja, são condições que estão colocando, e o que é uma estimativa, simplesmente para  
19 dar uma ideia e, portanto, pode no momento do desenho da PDO ser alterada. A palavra  
20 “estimativa” para ela é forte no sentido de não dizer que 1,7% seja um teto, essa é sua  
21 pergunta, se 1,7% é um teto, e também as proporções. Sua dúvida se dá porque foi  
22 explicado no Consu anterior que a intenção era que todos os pleitos de progressões seriam,  
23 nessa forma, na previsão da Administração atual, atendidos; foi quando perguntou qual  
24 seria a governança, o que viria primeiro para ver o efetivo controle, já que estava havendo  
25 a vinculação novamente. E foi dito que seria atendido tudo. Se vai ser atendido tudo,  
26 entende que possuem uma incerteza ainda do que vai se efetivar em termos de inscrições  
27 e números finais. Pergunta se as proporções de 0,7% para carreira MS, do 0,8% para  
28 Paepe e 0,2% para as carreiras especiais é uma fronteira rígida ou não. Ou se a intenção  
29 desse artigo foi meramente dar uma ideia para os conselheiros, e não sabe se entraria  
30 como item da resolução, talvez um considerando, ou o que for. Essa é sua dúvida  
31 primordial. No restante, acha que vão convergir aqui para uma aprovação, mas é  
32 realmente importante entender, para que possam melhorar o entendimento por parte de  
33 todos, o que está sendo proposto. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE lembra  
34 que a Carreira Paepe é regulamentada por deliberação da CAD. A Deliberação CAD-A-  
35 009/2018 define a estrutura da Carreira Paepe, e agora a Deliberação CAD-A-012/2021  
36 trata dos requisitos e critérios para progressão. Chama a atenção para o capítulo IV dessa  
37 última deliberação, que trata da alocação de recursos para a progressão; nele está contido  
38 o artigo 15, que menciona que os recursos serão distribuídos às unidades e órgãos  
39 proporcionalmente à respectiva folha de pagamento. O parágrafo segundo desse mesmo

1 artigo coloca que a congregação ou instância equivalente da unidade deverá estabelecer  
2 e divulgar os critérios de distribuição de recursos, por listas por segmentos, tipos de  
3 promoção, de cargo gratificado e não gratificado, porque precisam lembrar que separaram  
4 esse anexo 3. E lembra que em 2019 só houve progressão na vertical, um volume de  
5 recurso que não é igual ao que está sendo colocado como proposta aqui para colocar no  
6 orçamento de 2022. Será realizada progressão na vertical e na horizontal, e ainda está  
7 definida na deliberação CAD qual é a proporção que se pode utilizar na vertical e na  
8 horizontal. Foi muito comentada essa questão das unidades pequenas, em 2019 já sabiam  
9 que unidade pequena correria o risco de não ter o recurso para dar conta de uma promoção  
10 na vertical, e agora haverá promoção na horizontal e na vertical. E ninguém ficou sem  
11 promoção na vertical; salvo engano, a FEF e a FCF tiveram suplementação de recurso  
12 para dar conta de fazer uma promoção na vertical. E no parágrafo terceiro do artigo 15  
13 está colocado que será assegurada a cada CSARH no mínimo uma promoção indicada  
14 pela congregação ou instância equivalente. Está citando isso para que tomem cuidado  
15 com o que colocam aqui sem olhar para a Deliberação CAD-A-012/2021, que estabelece  
16 como se faz alocação de recurso para progressão. No que está colocado sobre Carreira  
17 Paepe, sabem que a lei complementar 173 perde sua vigência em 31 de dezembro de 2021.  
18 Para fazer rodada de carreira, é preciso ter regras claras e objetivas, instrumentos  
19 objetivos e transparentes, e isso na Carreira Paepe já trataram na última CAD; possuem a  
20 Deliberação CAD-A-009/2018 reformada e a aprovação da Deliberação CAD-A-  
21 012/2021. O que está faltando para fazerem a rodada de carreira é apontar recurso no  
22 orçamento, e a minuta do item 03 de hoje faz uma estimativa desse apontamento.  
23 Portanto, acha que possuem um instrumento adequado, regra clara e objetiva. Então o que  
24 precisam é do recurso para fazer as rodadas de carreiras, e que elas sejam perenes. A  
25 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que possui duas  
26 observações, uma dúvida e uma sugestão de mudança de texto com relação ao item 03 da  
27 pauta. Vai começar pela dúvida, que na verdade sabe que ninguém pode responder, mas  
28 é algo que a preocupa. Estão todos aqui para fazer algo que está sendo demandado há  
29 muito tempo e que foi reprimido pela lei complementar 173, sem contar as outras questões  
30 orçamentárias que já têm sido debatidas desde 2018, 2019, e de uma certa forma lhes  
31 garantiram, bem ou mal, essa folga orçamentária que está lhes permitindo avançar.  
32 Pergunta se no caso de a lei complementar 173 ser renovada, terão um plano B, e se não  
33 tiver, se não seria o caso de pensar nele. Toda essa legislação parte do pressuposto de que  
34 ela vai ser extinta ao fim do ano, e essa dúvida a angustia. Com relação às questões dos  
35 Estatutos, estão mais do que claras, a engenharia do novo texto está muito bem feita, e  
36 não tem nenhuma restrição. Anuncia de antemão que vai votar favoravelmente. Em  
37 relação ao item 02 da pauta, às folhas 02, o parágrafo único se refere à questão que o  
38 senhor Reitor já esclareceu anteriormente sobre o ano de 2023, que foi colocado como  
39 baliza para dar a todos tranquilidade quanto a concursos e promoções de livre-docente ao

1 longo de 2022. E aí haveria uma interrupção a partir de janeiro de 2023, haveria ainda o  
2 fim dos concursos que foram publicados em 2022, pelo que entendeu, mas segundo o  
3 parágrafo único, de 1º de setembro a 31 de outubro de cada ano haveria a publicação de  
4 todos os editais de livre-docência. A FCA discute a impossibilidade de conseguir fazer  
5 tantos concursos, é uma questão logística. Então pergunta se há a possibilidade de editais  
6 de concurso em que a inscrição possa levar mais do que 60 dias, se poderia haver editais  
7 com inscrição de quatro meses, cinco meses, para haver uma maior tranquilidade para as  
8 unidades que não têm condições de fazer muitos concursos e muitos editais simultâneos  
9 poderem programar os concursos de livre-docente dos seus professores. Então isso é uma  
10 dúvida com relação a 2023. E, por fim, tem uma sugestão sobre o item 03 da pauta, no  
11 artigo 5º mais especificamente: o que lhe parece é que parte do texto deveria fazer parte  
12 dos considerandos. Ou seja, considerando que há uma estimativa do impacto, de 1,7% do  
13 orçamento, e não fazer isso como artigo. Isso é uma consideração que teria como  
14 consequência a distribuição proposta ao longo do texto. A segunda sugestão é uma  
15 questão de redação: parece-lhe estranho que o artigo já imponha que este valor máximo  
16 de 1,7% vá ser submetido, avaliado e aprovado. Ou seja, já está se impondo que vão  
17 aprovar em dezembro mediante pareceres que obrigatoriamente serão positivos, sem  
18 nenhuma mudança, da COP, CAD e Consu, parece-lhe estranho o “submetido, avaliado  
19 e aprovado”. Deveria ser “submetido para consideração”, mas nunca, na sua visão, já se  
20 dizer em um artigo de uma deliberação que já possuem um percentual que foi estimado e  
21 que vai ser aprovado automaticamente. Se ele vai ser aprovado automaticamente, então  
22 não precisa passar nem por CAD, nem por COP, nem por Consu. Acredita que isso seja  
23 um problema de redação. E finalmente diz que há muitos docentes no IC nível MS-3.1  
24 que estão muito incomodados com o achatamento da carreira, mas que não têm condições  
25 de progressão no momento. E o que comentam é que muitos dos alunos do Instituto  
26 ganham mais do que um professor nível MS-3.1. E o achatamento passaria pelo dissídio,  
27 por tudo. Pergunta o que podem fazer a respeito; sabe que não é o assunto da reunião de  
28 hoje, mas precisam pensar nisso também. O MAGNÍFICO REITOR diz que vai fazer  
29 alguns comentários, mas vai deixar a parte mais substancial para o professor Sarti.  
30 Respondendo à última pergunta feita pela professora Claudia, diz que poderiam ter feito  
31 antes da lei complementar 173 e não fizeram. Então essa é uma história que é importante  
32 discutir, se lamentar do passado. Não fizeram, como poderiam ter feito de dar essas  
33 progressões para os docentes que estavam no início da carreira. O que podem fazer agora  
34 é preparar a progressão para o ano que vem, e é isso que esta gestão, que assumiu em 20  
35 de abril, está fazendo. Em relação ao plano B, se a professora Claudia tiver alguma ideia,  
36 diz que estão sedentos de ideias para resolver alternativamente, porque não veem muita  
37 saída. Então o que podem fazer é preparar esse processo a partir de agora para que tenha  
38 um efeito mais rápido possível em 2022. Em relação ao parágrafo único da minuta  
39 referente ao livre-docente, que está no item 02, ele não está determinando que o concurso

1 vai ocorrer nesse período, mas que a publicação dos editais será nesse período.  
2 Provavelmente esses concursos só ocorrerão no ano seguinte, porque vai se publicar, vai  
3 haver um prazo para inscrição, terá de ser feito todo procedimento, checar se as inscrições  
4 estão compatíveis com as exigências. Então os concursos cujos editais forem publicados  
5 de 1º de setembro a 31 de outubro de 2023 provavelmente ocorrerão só no ano de 2024.  
6 O que fizeram com isso foi despressurizar um pouco o ano de 2022. Se fizessem isso já  
7 agora de imediato para 2022, estariam impedindo que qualquer pessoa que queira publicar  
8 um edital de abertura em janeiro, fevereiro, março, abril de 2022, o fizesse. Acharam que  
9 isso ia gerar uma correria neste segundo semestre de 2021 para publicar esses editais de  
10 forma desnecessária. Então estão apontando a organização disso em um prazo com  
11 bastante antecedência, de forma que as pessoas tenham tempo para fazer essas iniciativas  
12 em 2022 com mais liberdade e só organizem isso para 2023. Em relação às questões  
13 orçamentárias, vai deixar depois para o professor Fernando Sarti comentar melhor, mas a  
14 base do artigo 5º foram aquelas projeções de gasto que apresentaram na Cepe, na CAD e  
15 no Consu passado, que apontavam a possibilidade de realizarem progressões, promoções  
16 e concursos com bastante generosidade. É essa a avaliação da Administração sobre as  
17 questões orçamentárias; todo e qualquer processo de progressão, promoção e concurso  
18 exige uma avaliação por mérito, então só estão indicando o caminho, pondo uma  
19 fronteira, que consideram razoável, de possibilidades para encaminhar essa questão. A  
20 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que a sua dúvida sobre 2023  
21 é que os editais normalmente concedem 60 dias de inscrição. O que deseja saber é se há  
22 possibilidade de editais darem como prazo, por exemplo, 180 dias para inscrição. O  
23 MAGNÍFICO REITOR diz que isso impacta uma deliberação de 24.11.2020, que  
24 especifica que o prazo de inscrição de candidatos ao concurso será de 30 dias, prorrogável  
25 por mais 30 dias. Mas isso não estabelece o início, então uma unidade que tenha  
26 dificuldade de organizar, ela vai indicar no edital, é só ela organizar aberturas de processo  
27 em uma sequência. O que ela é obrigada a fazer é publicar o edital em setembro ou  
28 outubro. Essa é a publicação do edital, não está especificando quando que se inicia a  
29 inscrição desse edital, então ela pode organizar editais de forma que ela consiga gerenciar  
30 o procedimento de inscrição, quer dizer, isso não está causando uma restrição em relação  
31 à data de inscrição. Mas, a princípio, são 30 dias para inscrição dos candidatos,  
32 prorrogável por mais 30 dias. Em relação à questão dos recursos, o artigo 5º não coloca  
33 só “submetido, avaliado e aprovado”, ele fala “deverá ser”, é algo que está condicionado  
34 à avaliação, não está dizendo que será aprovado. “Deverá ser” tem alguma sutileza  
35 semântica, que permite que não seja. Estão desejando que seja, essa é a orientação, mas  
36 sabem que não podem fazer isso hoje, em função da lei complementar 173. O Conselheiro  
37 RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz que fará duas perguntas e uma consideração; acha  
38 que as suas perguntas são muito elementares, mas mesmo assim está se imbuindo de  
39 coragem para fazê-las, para ter absoluta certeza do que vai informar depois. A primeira

1 dúvida é a seguinte: no texto das disposições transitórias da minuta no artigo 1º, referente  
2 aos títulos de livre-docente, é colocado que os títulos concedidos pela Unicamp, nos  
3 termos dessa deliberação, que não implicaram efetivação de alteração funcional por  
4 promoção por mérito, para o MS-5.1, serão considerados a partir de 2022. Então os títulos  
5 serão considerados para o acesso ao nível de professor associado I, nos termos do artigo,  
6 etc. Depois, na deliberação que leram aqui, no parágrafo único, consta: “Os processos de  
7 promoção e concursos públicos para o cargo de professor titular da carreira do magistério  
8 superior, que foram suspensos em virtude da lei complementar e nos termos de instruções  
9 normativas, serão retomados a partir de janeiro de 2022, com os recursos que estavam  
10 reservados à época”. Esse final o colocou um pouco em dúvida, essa referência aos  
11 recursos reservados à época, porque tiveram aqueles casos em que houve um número  
12 maior de concursados comparativamente ao número das cotas. Sabe que estão eliminando  
13 essas cotas, mas só para que não reste nenhuma dúvida, pergunta se todos que  
14 efetivamente foram aprovados em concursos, mesmo aqueles que excediam  
15 numericamente o número das cotas, poderão se beneficiar dessa decisão. Portanto, se  
16 todos eles progredirão automaticamente para a condição de professor associado. A  
17 segunda dúvida é que não entendeu muito bem como será a relação entre a abertura a  
18 partir já da regra nova, a partir de 2022, 2023, quando estiver em vigor o novo calendário,  
19 como ficaria essa relação entre a oferta de vagas e os recursos orçamentários. Pergunta se  
20 haveria um critério, um limite, ou tantas quantas forem as solicitações, haverá  
21 possibilidade de o concurso se realizar e conseqüentemente também a progressão. Solicita  
22 esclarecimento sobre isso, o número de vagas abertas e os recursos orçamentários que  
23 serão aprovados no final de cada ano. E a consideração que fará, já tinha feito esse  
24 comentário antes, vai tomar a liberdade de retomar, não é exatamente uma proposta, mas  
25 é mais uma ponderação mesmo a respeito da não retroatividade da medida. Fica um pouco  
26 preocupado com isso, ficou pensando que toda essa discussão, e também esta reunião tem  
27 por objetivo fazer com que retomem a normalidade, a condição das carreiras. Isso é  
28 fundamental, está bastante de acordo em relação a isso, mas lhe parece que essa restrição,  
29 essa referência ao fato de que não será retroativo, carrega para o futuro ainda um  
30 penduricalho dessa situação que estão querendo superar. É um número reduzido de  
31 docentes, mas é um número importante porque são colegas que ficaram em uma condição  
32 muito desigual em relação a seus pares. Colegas por exemplo que, apesar de terem feito  
33 concurso e adquirido título, não puderam usufruir de todos os direitos referentes a esse  
34 título. Por exemplo, na votação por representação no Conselho Universitário, esses  
35 colegas tiveram de votar em representantes nível MS-3. Sugere que a Reitoria repense  
36 isso, se for possível, imaginando que o gasto para o pagamento desse valor não seja assim  
37 tão significativo. De qualquer maneira, seria um único pagamento, pode ser feito até de  
38 forma parcelada. Sabe que a doutora Fernanda está aqui, imagina que a Reitoria esteja  
39 segura também em relação a isso, mas lhe pareceu uma situação um pouco arriscada

1 arrastar esse problema para a frente, quando ele talvez pudesse ser mais facilmente  
2 resolvido agora. Então fica uma sugestão para que pensem juntos se valeria a pena mexer  
3 nisso ou não. O MAGNÍFICO REITOR, respondendo ao professor Renê, diz que  
4 desejaram detalhar bastante, porque as dificuldades ocorreram em vários momentos,  
5 houve concursos que estavam andando e foram paralisados, ocorreu a desvinculação,  
6 então tentaram ser bastante amplos aqui, e por isso uma especificação, uma orientação a  
7 nível de recursos é uma coisa importante. Esse 0,7% de recurso que seria colocado na  
8 Carreira do Magistério Superior permite resolver todos esses diferentes passivos em  
9 relação à livre-docência, e aqueles ainda que possam ocorrer em um futuro próximo.  
10 Contabilizaram inclusive aquilo que pode ocorrer em 2022, portanto do nosso ponto de  
11 vista da Administração, não é a alocação de recursos que está criando restrição. Se a  
12 pessoa prestou concurso, ele estava em andamento antes da lei complementar 173, antes  
13 da desvinculação e, por algum motivo isso não foi efetivado, os recursos nesse montante  
14 que estão indicados aqui como teto, eles permitem resolver toda essa situação. É essa a  
15 perspectiva. Então o professor Renê pode informar na FE que a ideia é contemplar todos  
16 aqueles que passaram no concurso de livre-docência e atingem o perfil mínimo do docente  
17 nível MS-5.1. Isso realizado, a pessoa se tornará professor associado I e fará jus a essa  
18 promoção. Também no ano de 2022 contabilizaram essas possibilidades, e é assim que  
19 estão vendo o futuro também, estão achando que é possível, pela previsão orçamentária  
20 que possuem, manter os processos de progressão para 2022, 2023, 2024. Esse foi um tema  
21 bastante discutido, inclusive durante a sucessão da Reitoria, e havia uma certa  
22 concordância de que precisam parar de barrar os processos de progressão, isso tem de  
23 fazer parte, tem de ocorrer todo ano, e esse é um compromisso que estão aqui explicitando  
24 publicamente, que deverá ser feito para todo o conjunto de docentes, para a carreira de  
25 pesquisadores e para a carreira de funcionários. E o desejo é que isso se repita para 2022,  
26 2023 e 2024. Nos cálculos está contemplado esse objetivo, essas indicações de valores.  
27 Então isso também trabalha um pouco com a outra pergunta do professor Renê, que é a  
28 questão do futuro da livre-docência. Melhoraram a resolução referente à questão do  
29 reconhecimento do título, mas não conseguiram resolver bem esse conflito eventual entre  
30 aprovado e recursos alocados. Porque o concurso de livre-docência daria imediata  
31 progressão ao professor associado, mas ele pode ser restrito pelo recurso alocado. A  
32 avaliação é que, ao organizar um período de inscrição, fica mais fácil fazer revisões  
33 orçamentárias que permitam ajustar esse conflito. Imaginando que alocariam uma livre-  
34 docência para cada local, mas isso seja distribuído de forma diferente, e tem impacto  
35 maior em 2024, podem rever o orçamento para rapidamente corrigir esse problema. Então  
36 terão de trabalhar com essa ideia, pode ser que façam uma previsão melhor. Mas,  
37 eventualmente, um erro pode ser corrigido em uma revisão orçamentária, é um pouco isso  
38 que estão querendo trabalhar, de forma que se houver alguma injustiça, ela seja  
39 rapidamente corrigida, e que o recurso não seja um represamento. Não é uma garantia

1 plena, sabe disso, vai depender um pouco da sensibilidade da Administração, ela poderia  
2 se adiantar e garantir que todos fossem contemplados, mas isso teria de ser aprovado na  
3 revisão orçamentária. Em relação à retroatividade, aqui é uma interpretação da lei  
4 complementar 173. A desvinculação da livre-docência em relação ao professor associado  
5 foi realizada antes dela, então era um gasto que não existia mais. Não podem efetivar esse  
6 gasto na vigência da lei complementar 173 nem retroativamente, essa é a interpretação  
7 que estão fazendo. Talvez depois a doutora Fernanda, no final de todas as questões, possa  
8 esclarecer mais, mas a interpretação é essa, sempre poderá ser judicializado, seja porque  
9 garantiram a retroatividade se o Tribunal de Contas ou alguém considerar que feriram a  
10 lei complementar 173, seja porque, como não será retroativo, alguma pessoa que prestou  
11 livre-docência pode agir em relação à Unicamp, algum professor que se sinta injustiçado.  
12 Terão de se defender, e acreditam que essa minuta é uma base legal para isso, até porque  
13 ela está respeitando a lei complementar 173. Então existe uma questão que envolve  
14 também uma visão jurídica, que a Administração atualmente está considerando, com base  
15 nos pareceres da PG, adequada. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI  
16 saúda o trabalho de todos que estiveram envolvidos neste processo que está se encerrando  
17 hoje, que envolve não só a equipe que produziu a proposta de reordenamento jurídico  
18 dessa questão da livre-docência e a revinculação escalonada no tempo, mas também os  
19 GTs, cujo trabalho, se está entendendo bem, se materializa nesses números de uma  
20 estimativa de, no máximo, 1,7%. O número que está aí tem alguma preocupação  
21 manifestada de que o gasto efetivo pode superar isso, se a proposta orçamentária ao final  
22 do ano estimar esse gasto com progressões de 1,7% do orçamento, que pelo que se lembra  
23 dos cálculos era uma conta bastante superestimada. É muito provável que não chegue a  
24 tudo isso porque, pelo menos no caso dos docentes, consideravam todo o universo  
25 possível pela questão do tempo. É impossível fazer uma estimativa em relação a quem  
26 tem mérito, porque o mérito depende de cada pessoa e de cada perfil, que é muito diferente  
27 em cada unidade. Pelo tempo, acha que seria possível fazer uma estimativa máxima.  
28 Então pelo menos no caso dos docentes, segundo acompanhou no GT, teriam mais  
29 segurança de que isso é o máximo mesmo, não vai passar disso, até porque esse é o gasto  
30 previsto para o ano todo, e a dinâmica do processo, se entendeu bem, não efetiva a  
31 promoção, e conseqüentemente o aumento na remuneração, logo em janeiro, então não  
32 serão os 12 meses. O resultado dos GTs, que está aqui manifestado, é que não se trata de  
33 uma liberação completa das promoções, mas do restabelecimento de um planejamento e  
34 a compreensão de que não será barrada a progressão de alguém que tem mérito por causa  
35 de recursos. Os GTs apuraram, e isso o surpreendeu, que o volume envolvido de recursos  
36 neste ano de represamento é bem menor do que imaginava. Tem dúvidas se, do ponto de  
37 vista jurídico e até político, é melhor deixar o número colocado no artigo 5º nos  
38 “considerandos”, mas acha que é importante constar esse resultado, até para valorizar o  
39 trabalho dos GTs. Tinha anotado para perguntar, mas já foi esclarecida essa questão do

1 intervalo para publicações de editais, e fica satisfeito em saber que é possível fazer um  
2 escalonamento. Observa, quanto à retomada das promoções, que o artigo 3º estabelece  
3 que poderão ser retomados os processos de promoção a partir de janeiro de 2022, e sua  
4 dúvida é se isso significa que as etapas internas às unidades só podem ser retomadas em  
5 janeiro de 2022, ou se pode reiniciar agora no segundo semestre inscrições para  
6 promoções, apresentação de documentos, enquadramento ou não no perfil, e deixar tudo  
7 preparado para janeiro, quando se faz a banca externa para ratificar e fazer o andamento  
8 interno à Universidade. Pergunta se, do ponto de vista burocrático, a lei complementar  
9 173 os impede inclusive de preparar esse terreno, que já tinha sido feito ano passado, mas  
10 que estão com tudo pronto para retomar e fazer a nova rodada de promoções agora, pelo  
11 menos no que se refere às deliberações internas a cada unidade. O MAGNÍFICO REITOR  
12 responde ao professor André que o critério é alocação de recursos. Não podem alocar  
13 recursos específicos, e a preocupação de encaminhar com tanta antecedência é em  
14 particular no caso da Carreira Paepe, que vai envolver uma grande preparação dos  
15 processos de progressão. A preparação é possível de ser feita até o estágio em que tenham  
16 de alocar recursos. Então, no caso de concursos dos docentes, precisa parar antes da  
17 alocação de recursos, que vai ficar sujeita, por isso que consta no texto “deverá ser”, à  
18 decisão final do Consu extraordinário de dezembro, que alocará o orçamento. E então o  
19 processo pode ser desencadeado plenamente. Tudo o que não envolva alocação de  
20 recursos poderá ser feito este ano, de forma que comecem em janeiro a encaminhar os  
21 processos de progressão. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que ficou  
22 bastante satisfeito com algumas falas dos membros que o antecederam e com as respostas  
23 do senhor Reitor. Acha que no documento deveria constar algum dispositivo que garanta  
24 para as unidades menores a progressão de pelo menos um servidor verticalmente, mas  
25 segundo o senhor Adilton, na Deliberação CAD-A-12/2021 isso está contemplado. Se  
26 esse é o entendimento, acha que está perfeito; sabem que existe uma faixa que vai flutuar,  
27 que a unidade pode decidir, mas pelo fato de a unidade ter poucos funcionários, pode ter  
28 um recurso pequeno e mesmo com essa flutuação, pode não conseguir contemplar uma  
29 progressão vertical. Ficou bastante claro para ele que esse movimento que a Reitoria fez  
30 para 2023 com relação aos editais, em setembro e outubro para livre-docência, ele é um  
31 movimento que dá previsibilidade ao recurso para o ano seguinte, porque conseguem ter  
32 uma dimensão de quantos concursos vão ser realizados, e no orçamento para 2023, 2024,  
33 podem ter uma noção de quanto destina de recurso para progressão. O Conselheiro  
34 MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS observa que a Deliberação CAD-A-  
35 012/21, no artigo 15º, parágrafo 3º, menciona que é assegurado o mínimo na promoção  
36 indicada pela congregação ou instância equivalente. Ela não especifica se é horizontal ou  
37 vertical, mas que no mínimo uma promoção vai ser garantida. A sugestão da professora  
38 Maria Helena é que se garanta no mínimo uma promoção vertical em cada um dos  
39 segmentos. É favorável, e acha que isso também não fere a CAD, pelo contrário, ele só



1 regulamenta as progressões de 2022, e acha que em momento nenhum vai ferir aquilo que  
2 já foi decidido. Observa que às vezes as pessoas acham que é muito recurso a ser  
3 destinado às carreiras, mas este ano vão destinar, e pede que o professor Fernando Sarti  
4 depois o corrija se estiver errado, entre R\$20 e R\$24 milhões para a Carreira Paepe. Se  
5 fizerem as contas, a progressão de cada um dos segmentos dá em torno de R\$3.200 por  
6 mês, aproximadamente R\$42 mil ao ano. Estão falando no montante que está sendo  
7 reservado de 0,2% para cada uma dessas três unidades menores. Então, é um recurso que  
8 parece não impactar as outras unidades, mas faz grande diferença para as unidades  
9 menores. Então, solicita que levem em consideração isso quando forem falar sobre o  
10 assunto novamente. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA parabeniza por  
11 todo esse trabalho, é um anseio muito grande dos seus representados que consigam  
12 progredir e valorizar todos os servidores. Tem uma sugestão de redação no item 01, nas  
13 disposições transitórias; já trabalhou com revisões de estatuto e sabe que dão um trabalho  
14 bem grande. Sugere que seja mais direta, mais clara essa redação para, de fato, as pessoas  
15 entenderem que aqueles docentes que obtiveram o título de livre-docente durante a  
16 vigência dessa deliberação, terão de forma direta a promoção por mérito. A sugestão é:  
17 “Os docentes da Unicamp que obtiveram o título de livre-docente pela Unicamp e que  
18 não tiveram promoção por mérito para o nível MS-5.1 terão acesso direto ao referido  
19 nível, nos termos do artigo 97 dos Estatutos”. O restante, sobre sem efeitos retroativos,  
20 para ela ainda é muito vago, então nem colocou aqui o que significariam esses efeitos  
21 retroativos, e se for o caso de colocar uma data, então entre um período em que isso  
22 valeria. O MAGNÍFICO REITOR diz que em relação à sugestão da professora Muriel de  
23 mudança, vai solicitar que mais tarde a doutora Ângela comente o que poderia ser  
24 alterado. Em relação à data, existe a especificação no parágrafo 1º de que esses processos  
25 devem ser encaminhados até 14 de janeiro de 2022, para eles fazerem jus ao salário a  
26 partir de fevereiro de 2022. Então, a interpretação que fazem do que está escrito aqui é  
27 que dá acesso direto, a pessoa precisa ter obtido título e fazer jus aos critérios do nível  
28 MS-5.1, que são diferentes para cada unidade. Preenchendo esses requisitos, isso é  
29 encaminhado à DGRH, há os processos de homologação, existem homologadas muitas  
30 livre-docências, e o impacto mais cedo possível seria a partir de 1º de fevereiro de 2022.  
31 É essa a interpretação que dão para o que está escrito aqui, mas depois a doutora Ângela  
32 verá se a mudança tem alguma outra implicação. Estão considerando importante que seja  
33 sem efeitos retroativos, pois isso significa que não vai afetar o salário da pessoa desde o  
34 momento em que ela teve o concurso homologado, isso vai afetar no prazo mais próximo  
35 a partir de 1º de fevereiro de 2022. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-  
36 LÓPEZ diz que no início da Sessão foi dito que algumas mudanças de ordem estatutárias  
37 requereriam 2/3 de votos; pergunta como se dá esse processo, e para quais itens. Entende  
38 que para a questão de livre-docência haveria essa necessidade, e talvez para outras não.  
39 Também pergunta se essa votação é aberta ou não, e pede desculpas se é óbvio para todos,

1 mas esta é sua segunda reunião. Acha que este é um momento muito importante, porque  
2 como um colega aqui colocou, haverá um reordenamento jurídico quanto à noção que a  
3 Universidade tem da carreira. A Unicamp não tinha um calendário para os docentes  
4 requererem as suas livre-docências, e com isso fica muito difícil a organização da carreira.  
5 Então defende a existência de um calendário, claro, com todos os cuidados, que permita  
6 que os docentes organizem a sua carreira. Evidentemente esse *modus operandi* impacta  
7 em outras carreiras, inclusive na própria Carreira Paepe, porque a Universidade terá uma  
8 tendência a se organizar melhor. E depois também a questão de regulamentar aquelas  
9 livre-docências trazidas de fora. É muito importante que, como conselheiros, entendam  
10 os anseios dos docentes. Os docentes vão buscar os seus sonhos, os seus objetivos dentro  
11 e fora da Unicamp, porque se projetam para fora da Universidade. Então é muito  
12 importante que fique claro que não adianta pedir para o docente não ir fazer uma livre-  
13 docência fora, o que compete à Universidade é dar condições para que essa livre-docência  
14 possa ser avaliada. Ora aceita, ora não aceita, são as regras do jogo. Mas é importante que  
15 haja um espaço concreto, uma regulamentação concreta de como se lida com essa livre-  
16 docência fora. Todo esse processo que estão vivendo aqui é muito importante, esta  
17 reunião talvez traga alguma energia diferente para os docentes, uma energia muito  
18 diferente. Acha que é um aprendizado muito relevante. Nesse período de adiamento da  
19 carreira já pagaram um alto custo pela falta de reconhecimento; mas é claro que dependerá  
20 da pessoa, se ela quer buscar ou não o seu espaço ali. Por exemplo, foram mencionados  
21 os efeitos retroativos; não se trata de uma livre-docência não reconhecida, ou um nível  
22 não reconhecido, não se trata de um efeito puramente monetário, é um efeito maior do  
23 que esse, pois, por exemplo, um livre-docente não é um professor associado. Ele terá de  
24 se submeter a interstícios, ele avançará na carreira diferente de outra pessoa que não  
25 passou por esse processo catastrófico da desvinculação. Esse processo dilatou a carreira  
26 de muitas pessoas, e coisas que não podem ser compensadas com dinheiro. Não se trata  
27 do dinheiro, se trata do aluno que você formou que não poderá entrar para o docente  
28 pleitear um nível MS-5.2, por exemplo; trata-se das produções científicas. Então por isso  
29 esta reunião é fundamental para que mostrem aos colegas que se importam com a vida  
30 acadêmica deles. Acha isso muito importante. Finaliza dizendo que há muito para ser  
31 pensado, uma vez que aprovem, e espera que assim seja, esse voto de confiança em que  
32 2022 seja um ano de ressurreição da fé na carreira, que o ano de 2023 seja de se  
33 debruçarem nas regulamentações para que os docentes não sintam que eles têm de correr  
34 desesperadamente porque no próximo ano não vai ter; que tenham um planejamento, e  
35 assim como os docentes, a Carreira Paepe também, porque o modo como a Universidade  
36 se posiciona na carreira docente impacta nas outras carreiras. O MAGNÍFICO REITOR  
37 responde à professora Verónica que o único item que exige 2/3 de votos dos membros do  
38 Consu é o item 01, e exige por causa da alteração estatutária. Ele vai ser votado junto com  
39 a alteração regimental, que não exige, mas é que não tem sentido fazer alteração

1 regimental se não houver antes alteração estatutária. Então, no fundo, se a alteração  
2 estatutária for aprovada, a regimental é automaticamente aprovada porque ela está  
3 incluída na primeira. E a ideia é fazer esse primeiro voto do item 01 nominal.  
4 Tradicionalmente as votações que exigem essa maioria plena são feitas nominalmente, e  
5 há a dificuldade de estar em uma reunião também que é remota, em grande parte. Então  
6 seria importante identificar claramente o posicionamento para não dar margem a decisões  
7 que, por uma pequena maioria ou minoria, fique em dúvida. Portanto, estão pensando em  
8 fazer a votação do item 01 nominalmente. Em relação ao restante da fala da professora  
9 Verónica, concorda com a sua avaliação; carregarão as consequências da desvinculação  
10 por um tempo. Não há como, por qualquer deliberação, mesmo a retroatividade, eliminar  
11 todas as decorrências dessa medida. O que o anima um pouco, além da retomada, é um  
12 aprendizado institucional, estão reforçando muito a ideia de que a valorização das  
13 carreiras passa por um planejamento de longo prazo das questões das progressões e  
14 promoções, e de um compromisso das várias administrações de manter essa política. E  
15 esses equívocos que às vezes cometem durante um período são difíceis de ser resolvidos,  
16 não conseguem fazer uma correção plena desses percalços. O Conselheiro CLÁUDIO  
17 JOSE SERVATO parabeniza a gestão por estar trabalhando na carreira de servidores,  
18 conforme proposto em campanha. Precisam novamente ter, com urgência, progressões  
19 verticais e horizontais. O ideal seria valores financeiros maiores para cada segmento.  
20 Parabeniza todos os participantes do GT pelo trabalho apresentado, especialmente ao  
21 senhor Adilton pela dedicação ao tema. Espera que a lei complementar 173 termine em  
22 dezembro de 2021 e as carreiras possam voltar a ter as progressões propostas. Além disso,  
23 o reajuste em 2022 tem de corrigir as perdas salariais dos últimos anos. O senhor  
24 Guilherme Capovilla, funcionário da FEnf, solicitou que lesse a seguinte proposta:  
25 “Proposta de alteração do artigo 3º, parágrafo 2º: “A distribuição dos recursos a serem  
26 disponibilizados para cada órgão e unidade de ensino para os processos de progressão na  
27 Carreira Paepe a ser realizado em 2022 deveria ser proporcional à folha de pagamento de  
28 servidores ativos, respeitando o mínimo de uma progressão vertical por segmento  
29 existente em cada CSA”. Isso porque as unidades e órgãos com baixa folha de pagamento  
30 serão prejudicadas no processo de progressão na Carreira Paepe, pois não contemplam  
31 nem o mínimo de uma progressão por segmento. Os órgãos e unidades menores estão  
32 sendo muito prejudicadas nesse contexto. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE  
33 OLIVEIRA parabeniza bastante o GT que levou até essas minutas todas, essas  
34 modificações importantíssimas. Só gostaria de rebater o fato de que às vezes algumas  
35 coisas não poderiam ter sido feitas antes, em particular o entendimento na época, não  
36 poderiam ter colocado o que foi acrescentado hoje, em negrito, de que a promoção para  
37 5.1 teria de atender ao perfil das unidades. Então isso, juntamente com vários outros  
38 fatores, os levaram a ter uma opção de segurar um pouco naquela época. Mesmo assim,  
39 houve algumas promoções no meio do caminho. O fato é que estão hoje corrigindo, como

1 o senhor Reitor bem disse, não dá para corrigir tudo de uma vez, porque não é simples,  
2 não foi apenas uma questão de maldade ou vontade de alguns para fazer isso ou aquilo,  
3 não é um procedimento simples. Mas o importante é que estão com entusiasmo aprovando  
4 uma retomada das promoções, e já adianta seu voto entusiasmado a favor desse  
5 movimento. O MAGNÍFICO REITOR diz que é isso, vão corrigindo o rumo ao longo do  
6 caminho. A preocupação é ter um aprendizado institucional com isso, acha que é  
7 importante. E também às vezes fazer com um cuidado maior, que foi a ideia de gerar os  
8 GTs, ampliar bastante a discussão com a comunidade. Sempre acha que a inteligência  
9 coletiva é mais sábia, então ela permite que corrijam os caminhos, e foi essa a perspectiva  
10 que desenvolveram nos GTs, fazendo as mudanças com mais cuidado. A Conselheira  
11 ROSMARI APARECIDA RIBEIRO diz que em 2018, fez parte da tomada de algumas  
12 decisões difíceis, pois em razão do cenário econômico do país, do Estado de São Paulo  
13 naquele momento, era necessário garantir o equilíbrio financeiro da Universidade. Então,  
14 algumas decisões aprovadas no Conselho naquele ano, e algumas outras depois, geraram  
15 muito descontentamento, frustração, porque afetaram diretamente servidores e docentes.  
16 E somado a isso, em 2020, a lei complementar 173, nova dificuldade, novo empecilho.  
17 Mas o lado bom é que toda situação sempre tem um lado bom, e em 2021, apesar de  
18 vivenciarem um cenário econômico no país também difícil, em que o índice de inflação  
19 corrói o poder de compra dos salários, chega um momento em que se prevê a retomada  
20 de promoções e dos concursos de livre-docência. Então hoje estão aqui, com as diversas  
21 manifestações, estão satisfeitos porque estão participando desse momento, dessa ocasião,  
22 podendo contribuir coletivamente. Então o interessante, como o professor Antonio José  
23 acabou de dizer, é essa sabedoria coletiva, compartilhar sugestões aqui, uma palavra ou  
24 outra colocada, uma reformulação de um determinado artigo pode demonstrar que o  
25 coletivo, refletido aqui, pode demonstrar essa sabedoria e garantir que essa retomada seja  
26 bastante pé no chão, consciente, que vá garantir que seja um processo duradouro. Nesse  
27 sentido, sente-se bastante satisfeita de estar fazendo parte disso agora. Em relação aos  
28 textos, reforça as falas da professora Maria Helena, do professor José Roberto, do  
29 professor Márcio e do senhor Matheus sobre a ideia de garantir para as unidades menores  
30 uma promoção vertical para cada para segmento. Apoiar essa demanda. Em relação ao  
31 artigo 5º, como a professora Cláudia já apontou, seria interessante amadurecer o que ela  
32 colocou aqui, talvez fosse adequado estar como “considerando” em vez de estar ali no  
33 *caput* do artigo. A questão do índice, que é uma estimativa levantada pelos GTs, talvez  
34 não devesse estar contemplada na redação, sugere que reflitam sobre isso. Em relação ao  
35 que consta no artigo 5º, onde se diz que “deverá ser submetido, avaliado e aprovado no  
36 orçamento”, sua sugestão é que substituam a palavra “aprovado” por “deliberado”, pois  
37 dessa forma não daria essa conotação de que estão aprovando antecipadamente, sem  
38 avaliar exatamente como estará a situação econômica em dezembro. O MAGNÍFICO  
39 REITOR agradece as palavras da professora Rosmari e diz que devem prosseguir nesse

1 caminho, sempre montando os GTs e fazendo uma discussão bastante aberta. Uma das  
2 preocupações que tiveram foi preparar o processo com muita antecedência, então é por  
3 isso que quiseram fazer essa discussão antecipadamente. Sabem que estão em uma  
4 situação em que existe uma insegurança grande na comunidade, uma insatisfação grande  
5 também, em parte pelo represamento anterior à lei complementar 173, em parte pelo que  
6 ela provocou em termos de renda das pessoas, então a intenção com o artigo 5º é sinalizar  
7 com clareza o compromisso da Administração e do Consu. Isso não substitui as  
8 deliberações porque elas terão de ser tomadas quando da decisão do orçamento, e passar  
9 por todas as instâncias, mas isso sinaliza uma certa predisposição dos conselheiros de  
10 compromisso com essa política. A força das palavras depende de como elas são  
11 colocadas, então a colocação aí tem o objetivo de deixar clara a sugestão de compromisso  
12 com essa política, e realizá-la nos três anos futuros desta gestão, a manutenção da política  
13 de progressões. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO diz que o trabalho que foi  
14 realizado foi bastante bom, e é um momento importante para nós estarmos tomando essa  
15 decisão. Muitas perguntas foram feitas, e agregará uma pergunta específica sobre  
16 concurso de professor titular. No passado, os cargos para professores titulares eram  
17 distribuídos entre as unidades um número x, y, de acordo com a demanda de cada unidade  
18 e de acordo com o número total de cargos disponíveis que estavam relacionados com o  
19 orçamento. A partir de 2022, pergunta como será feita essa distribuição de recursos,  
20 consequentemente cargos, para as unidades, uma vez que há demanda reprimida também  
21 de concurso de professor titular. O MAGNÍFICO REITOR diz que as avaliações  
22 orçamentárias do GT contemplaram todas as possibilidades, considerando só interstício,  
23 pessoas que tenham potencial de se tornarem titular, não estão julgando o mérito, e isso  
24 é passível de ser contemplado no orçamento. Então a tendência é realmente encarar a  
25 política de promoção e de professor titular como algo que tem de seguir a mesma lógica  
26 das promoções horizontais e dos concursos de livre-docência. A dificuldade no caso do  
27 professor titular é que possuem uma norma que estabelece um máximo por unidade, um  
28 percentual, e tem um número máximo de professores titulares de acordo com as  
29 definições da Assembleia. Então as restrições estão associadas a esse aspecto, e não a  
30 restrições orçamentárias. A disposição da gestão é que não haja mecanismos de cota  
31 também para professores titulares. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER  
32 MEDEIROS diz que com a resposta dada pelo senhor Reitor à professora Muriel com  
33 relação ao item 01, nas disposições transitórias, entendeu que só serão promovidos para  
34 nível MS-5.1 aqueles que já tendo passado por livre-docente e já tendo título, precisarão  
35 comprovar o perfil. Mas se eles já passaram, pergunta por que precisam comprovar o  
36 perfil, se a partir de agora estão revinculando. A professora Muriel mencionou que o  
37 problema é com “serão considerados”, então o título de livre-docente concedido pela  
38 Unicamp, nos termos da Deliberação Consu-A-017/2018 e que não implicaram em sua  
39 efetivação de alteração funcional, serão considerados, e a redação dela elimina a

1 consideração e garante automaticamente, para deixar mais clara a intenção. O que  
2 entendeu que o senhor Reitor respondeu para ela foi que isso não será automático, mesmo  
3 que o título tenha sido concedido e homologado, que vai ser necessária uma análise de  
4 mérito. O MAGNÍFICO REITOR diz que o entendimento da professora Claudia está  
5 equivocado. A maioria dos concursos de livre-docência que ocorreram na ausência de  
6 vinculação já está homologada. Pode ser que esteja ocorrendo algum, mas que não chegou  
7 ainda à Cepe. Todos os homologados respeitaram o perfil mínimo de professor nível MS-  
8 5.1, e portanto, sendo homologados, eles fazem jus a essa progressão. Isso é inclusive  
9 estranho, porque à medida que se desvinculou, a pessoa poderia, hipoteticamente, prestar  
10 o concurso sem seguir o perfil de nível MS-5.1. O que estão deixando claro é que haverá  
11 novos concursos este ano, em agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro. E esses  
12 concursos, para serem homologados, têm de respeitar o perfil de nível MS-5.1. É um  
13 padrão que a Universidade seguiu, mas a própria desvinculação poderia gerar a ideia de  
14 que não precisa ser seguida. A norma que estão discutindo, o artigo 5º da disposição  
15 transitória, só entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022. Uma pessoa que fizer um  
16 concurso em dezembro de 2021, na vigência ainda da desvinculação, à medida que seja  
17 homologado na Cepe, faz jus à progressão a nível MS-5.1 no ano de 2022. Então, mesmo  
18 após aprovação, como a disposição transitória estabelece que isso só entra em vigor em  
19 1º de janeiro de 2022, terão concursos ainda de livre-docência sob a égide da  
20 desvinculação, e esses concursos, uma vez homologados na Cepe, farão jus imediato à  
21 progressão, a partir de fevereiro de 2022. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER  
22 MEDEIROS diz que a dúvida que a professora Muriel levantou, e a resposta do senhor  
23 Reitor foi que o perfil deveria ser considerado, foi a questão do “serão considerados”, que  
24 dá a entender que haverá uma outra etapa de avaliação de mérito. O MAGNÍFICO  
25 REITOR responde que não vai haver, estão supondo que tudo o que foi homologado  
26 atendeu aos requisitos de nível MS-5.1. Para um edital de unidade que for publicado até  
27 o final deste ano, o concurso pode se realizar no ano que vem, mas esse edital está sob a  
28 vigência ainda da desvinculação. Esse concurso poderá ser realizado em março do ano  
29 que vem e vão poder pedir a homologação disso, ter acesso ao MS-5.1, porque isso  
30 discrimina que todos os concursos com editais publicados em 2021 associados à livre-  
31 docência ainda se farão sob a égide da desvinculação. Então todos eles, uma vez  
32 realizados, aprovados e homologados, farão jus ao que está determinado nessa minuta. A  
33 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS pergunta se o que estão votando  
34 hoje já não vale a partir de hoje, de que o nível de professor associado será atingido, desde  
35 que obtenha o título de livre-docente. Então a partir de hoje isso já vale, se for aprovado.  
36 Portanto, se houver editais publicados e alguém passar no concurso de um edital já  
37 publicado, já vale essa vinculação. O MAGNÍFICO REITOR ressalta que passa a valer a  
38 partir de 1º de janeiro de 2022. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE  
39 JENSEN diz que já tiveram uma reunião de CAD sobre esse assunto, discutiram em outras

1 ocasiões essas propostas quando elas entraram como expediente no último Consu, e em  
2 todos os momentos se deparam com a observação de que o desligamento entre a  
3 promoção imediata MS-5.1 a partir do concurso de livre-docência foi um erro. Pode ter  
4 sido, mas é muito ruim que hoje olhem para trás e digam que não deveriam ter feito, pois  
5 é fácil prever o passado. Era uma situação em que, talvez, fosse a única saída, ou pelo  
6 menos nenhuma outra razoável e tão útil quanto essa apareceu naquele momento. Então,  
7 precisam lembrar também que a desvinculação é uma fonte parcial dos recursos que hoje  
8 possuem para revincular, assim como a lei complementar 173. Outra coisa que não podem  
9 esquecer é que ninguém previu a pandemia, ninguém previu a queda de arrecadação de  
10 ICMS que tiveram. E também ninguém previu a lei complementar 173. Geralmente  
11 desgraça não se prevê. Então, todas essas coisas tomadas em conjunto os levaram a uma  
12 situação que hoje permite que o que está sendo proposto aqui possa ser aprovado. Então  
13 não devem, além do entendimento, do conhecimento e da experiência que tudo isso lhes  
14 trouxe, desprezar fatores concretos que essa situação proporcionou. Essa é uma fala do  
15 senhor Reitor que sempre a incomoda. Outra questão é a de que devem parar de barrar os  
16 processos de promoção com base em questões financeiras. Concorde, mas isso não pode  
17 passar de desejo, desejam parar de barrar os processos de promoção baseados em questão  
18 financeira, porque ressalta que não previram a lei complementar 173, não previram a  
19 pandemia, e não preveem, como já foi dito aqui, que a lei complementar 173 não se  
20 transforme em uma outra deliberação, ou proposta de lei, ou o que quer que seja, que vá  
21 barrar novamente por mais um ano. Ninguém consegue prever isso. Então podem existir  
22 condições onde facilitar promoções baseadas somente em mérito seja possível. Podem só  
23 tentar não repetir os mesmos erros. Sobre o que estão de fato discutindo neste Consu, que  
24 é o artigo 5º do item 03, ele é uma deliberação que serve para o ano de 2021 e 2022, não  
25 mais. Ele traz inclusive as datas e as previsões, ou seja, é alguma coisa para a situação  
26 presente, da mesma maneira que quando houve a desvinculação, era alguma coisa feita  
27 para aquela situação presente, como bem destacou a professora Rosmari. Então, devem  
28 lidar com o que existe, sem lamentar o que foi feito, principalmente quando o que  
29 lamentam é alguma coisa que, além de ensiná-los, lhes proporciona a situação de fazer o  
30 que estão fazendo agora. E para terem uma observação um pouco maior do que estão  
31 fazendo, sabem que o manejo do corpo de pessoal da Universidade, Carreira Paepe,  
32 carreira de pesquisadores, carreiras especiais, carreira MS, todas elas, não envolve  
33 somente progressões, concursos e promoções; devem falar também de dissídios, aumento  
34 de salário e de novas contratações. Insiste nisso porque o manejo da carreira não se traduz  
35 somente em uma satisfação com uma progressão, com um desenho de carreira  
36 individualmente tomado. As carreiras universitárias não são atraentes. Qualquer recém-  
37 formado, pelo menos no Instituto de Química, cogita bastante se vai permanecer na  
38 Universidade ou vai para a iniciativa privada, especialmente agora, com esse *boom* das  
39 indústrias farmacêuticas. Então existe a cogitação, porque o salário de ingresso é muito

1 baixo. Estão há pelo menos dois anos sem ver nada de dissídio, sem sequer comentar; ano  
2 passado nem comentaram sobre isso. Dissídio é importante, novas contratações são  
3 importantes. No departamento em que atua, é decana e única titular; quando ingressou, o  
4 decano desse departamento tinha seguramente mais do que 68 anos. Não é o caso agora,  
5 está bem abaixo dos 68 anos e é decana. Então, o planejamento da carreira individual é  
6 importante, é isso que a Reitoria neste momento providencia e permite, mas precisam  
7 continuar mantendo a carreira universitária atraente, e, portanto, o dissídio é importante,  
8 o salário de ingresso é importante, e devem manter aqui, de uma certa maneira, as pessoas  
9 até uma idade ou um nível de experiência um pouco maior. Ouviu recentemente que existe  
10 uma ideia, não sabe de onde veio, de se retirar o abono de permanência, ou de mantê-lo  
11 por somente um ano. Se isso se aplicar às pessoas que já estão recebendo abono de  
12 permanência, vai haver uma enorme debandada de pessoas experientes, e não pensam em  
13 contratar. Todas essas questões tomadas em conjunto, em uma situação onde estão há  
14 menos de seis meses da sua posse, é alguma coisa a se pensar. Acha que a situação de  
15 promoções, concursos e progressões fica resolvida por pelo menos três anos, até quase o  
16 fim do mandato desta gestão, uma vez que possuem o interstício, então quem não for  
17 promovido agora vai ter de cumprir o interstício e só vai poder pensar em promoções no  
18 último ano da gestão. Mas há esses outros dois problemas a considerar, então roga que  
19 ingresso na carreira, os salários iniciais, as novas contratações e a manutenção de uma  
20 carreira atraente sejam considerados. Mais do que parabenizar, agradece aos GTs que se  
21 debruçaram sobre essa questão com tanta dedicação, especialmente no que tange à  
22 Carreira Paepe, que todos mencionam que é muito complicada. Acha que poderiam, de  
23 alguma maneira, ter feito alguma coisa melhor do que a que vão aprovar, mas têm alguma  
24 coisa boa para aprovar agora, então devem fazê-lo. O MAGNÍFICO REITOR diz que  
25 acrescentaria aos desafios que a professora Heloise colocou o desafio de permanência  
26 estudantil, agravado com a questão da pandemia, com o retorno dos estudantes,  
27 provavelmente em função de questões de renda familiar. Existe um problema gravíssimo  
28 de manutenção e reformas; tiveram nos últimos dois anos só R\$5 milhões de reais  
29 alocados para obras e construções, em 2020 e 2021, e isso não tem nada a ver com a lei  
30 complementar 173. Então existem diferenças de visões que podem no momento não estar  
31 se revelando, mas elas de alguma forma são importantes. Ele, por exemplo, foi contrário  
32 ao corte das GRs e foi contrário também à desvinculação. Acha que a política de  
33 promoções não deveria ser mudada, e o impacto orçamentário dela é bastante pequeno.  
34 Precisam tomar muito cuidado com a política de contratação. Está aqui falando  
35 claramente qual é a sua posição em relação a isso, até para valorizar a sanidade  
36 orçamentária. Mas não é possível restringir contratação sem encarar a necessidade de  
37 valorizar seriamente as carreiras dentro da Universidade. Não possuem condições de  
38 suprir deficiências de quadro sem ter pessoas felizes aqui dentro. Essa é a prioridade que  
39 estão dando. E isso não está falando de hoje, não está sendo engenheiro de obra feita e



1 lembrando do passado, falou isso lá atrás, quando essas medidas foram tomadas. Portanto,  
2 está sendo coerente com essa posição e acha que vão precisar olhar com muito cuidado a  
3 questão das contratações. Tem falado isso bastante para a comunidade, porque isso pode  
4 causar problemas para o orçamento. No entanto, algumas coisas, pensando no futuro da  
5 Universidade, não há como não fazer. Se não fizerem, isso sim compromete. Outro dia  
6 teve uma dificuldade imensa para indicar um pesquisador para um papel importante de  
7 representação da Universidade porque ele alegou que ganha menos do que um pós-doc,  
8 o que ocorre porque está há dez anos aqui e não teve progressão. Então, precisam encarar  
9 essas coisas de frente, a lacuna e o problema estão aí, e estão dando a resolução possível  
10 dentro das restrições legais, porque as restrições, nesse aspecto em particular, não são  
11 orçamentárias hoje, assim como não eram orçamentárias no passado também. A  
12 Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que já teve a  
13 oportunidade de ver o senhor Reitor falando sobre essas questões, obras, infraestrutura  
14 etc., e o instiga quanto às contratações porque ele sempre as coloca como último item das  
15 suas prioridades. Isso é uma coisa importante; não precisa ser feito de maneira  
16 magnânima, como está sendo esta atitude que estão tomando hoje, mas ela pode ser feita  
17 de forma paulatina, lenta e dosada. O MAGNÍFICO REITOR diz que não discorda da  
18 ideia de que precisam fazer alguma contratação, o que está dizendo é que devem ter  
19 prioridades, e a prioridade são as pessoas que estão aqui dentro. São elas que tocam a  
20 Universidade, são elas que precisam ser valorizadas. A preocupação orçamentária existe  
21 de todos os lados, ela tem de se traduzir em números, por isso colocaram números na  
22 minuta. A visão é que isso é possível fazer, mantendo o equilíbrio orçamentário. A  
23 Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que foi eleita pela segunda  
24 vez e está muito contente de poder estar participando deste Conselho Universitário,  
25 porque estão conseguindo implementar uma proposta que resulta de uma luta muito  
26 grande, é uma luta dos trabalhadores da Universidade. Esta Reitoria reconhece essas  
27 necessidades, tem uma visão de que é importante esse tipo de valorização. Parabeniza o  
28 trabalho do GT, que é um trabalho técnico, mas ele vem a partir de uma luta de anos sobre  
29 essa questão. Não gostaria de pensar que esse é um problema só de diferentes visões,  
30 porque diferentes Reitorias implementaram as cotas. Diria que é um jeito, talvez, antigo  
31 de pensar a Universidade, e acha que este Conselho Universitário está inaugurando, de  
32 fato, um novo modo de pensar a carreira docente. Um modo em que as gestões diferentes  
33 tenham compromisso com seus docentes, um compromisso de valorização constante dos  
34 seus docentes e dos seus trabalhadores. Está falando “docentes” porque é docente, mas  
35 podem usar a categoria “trabalhadores” para todos os trabalhadores que estão aqui dentro.  
36 Então, essa luta vem de mais de cinco anos, ela pessoalmente foi prejudicada por esse  
37 tipo de percepção da Universidade em relação à carreira, e como ela existiram muitas  
38 pessoas que tiveram a sua carreira totalmente atrasada por conta de uma visão da  
39 Universidade e da carreira docente que não era adequada. Espera que estejam

1 inaugurando uma nova mentalidade, uma mentalidade em que não existam os  
2 constrangimentos por que tiveram de passar ao longo desses anos em disputas internas  
3 que não se justificavam de forma alguma. Foi muito sofrimento desnecessário, que  
4 destruiu muitas relações internas, criou inimizades, criou uma mentalidade de disputa e  
5 de competição que não é adequada para a universidade pública. Manter essa nova  
6 mentalidade vai depender da luta dos trabalhadores, pois isso não é uma coisa dada por  
7 ninguém, isso depende daquilo que conseguem mobilizar, e conseguiram se mobilizar ao  
8 longo desses anos em função do grande sofrimento interno que tiveram, pela falta de  
9 reconhecimento da Instituição em relação ao trabalho das pessoas. Está dizendo isso  
10 porque parece que falar de carreira docente é um privilégio, ou falar de carreira dos  
11 trabalhadores da Universidade em geral é um privilégio. Não é; é um direito do  
12 trabalhador de uma instituição pública ter uma carreira. Um novo desafio que virá, se essa  
13 mentalidade se mantiver e se as gestões seguintes tiverem a disposição que esta tem de  
14 respeitar e valorizar a carreira docente, é a questão do piso salarial. Mas é uma visão  
15 inocente pensar que o piso salarial será conseguido na relação com a Administração  
16 Superior. O piso salarial só vai ser obtido se compreenderem que devem conseguir que a  
17 Universidade tenha um financiamento adequado para as suas necessidades. Houve cortes  
18 no financiamento das universidades, e é por isso que às vezes fazem discurso sobre cortar  
19 na carne. Cortar na carne porque os cortaram na carne, cortam o financiamento. Então é  
20 muito tranquilo virem aqui fazer agora discursos de valorização do piso salarial; é preciso  
21 que estejam prontos para enfrentar essa luta, que é uma luta política, e na sua opinião, não  
22 só em relação à Administração Superior e a sua solidariedade em relação aos  
23 trabalhadores da Universidade, mas em relação ao modo como a Universidade é  
24 financiada. E é por isso que estão na situação em que se encontram. O governo do estado,  
25 como a professora Heloise mencionou, propõe não pagar o abono de permanência, ter 12  
26 meses só de abono em relação a quem já pode se aposentar. Então, todos os ataques que  
27 sofrem, dois anos atrás sofreram um grande ataque de representantes em relação à  
28 Universidade, que tentam dizer que são representantes da sociedade, mas que  
29 desvalorizam o serviço público. Portanto, lembra que o que está acontecendo hoje é  
30 resultado de luta e de consciência dos trabalhadores da Universidade. É claro que podem  
31 ter melhorias nisso, mas só terão melhorias se continuarem lutando por suas conquistas.  
32 O fluxo de contratação, progressão, aposentadoria, tem a ver com pensarem que tipo de  
33 instituição a Universidade deseja ser, uma instituição que vai contratar de quanto em  
34 quanto tempo, que vai ter um planejamento em relação a isso, que vai permitir que seus  
35 quadros MS-3 vão para frente porque vai ter gente sendo contratada, vai ter gente  
36 aposentando. Tem a impressão certa de que esta Administração está pensando nesse  
37 sentido. Mas reforça que tudo isso que estão vivendo hoje aqui é resultado da luta de  
38 muitos anos e muito sofrimento interno que passaram. Agradece a Administração  
39 Superior pela sensibilidade em relação a essa questão, e espera que possam de fato contar

1 com essa mudança de mentalidade, independentemente da gestão, para progressão e para  
2 tratamento dos trabalhadores da Universidade, sejam eles docentes ou servidores técnico-  
3 administrativos. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO diz que tem uma dúvida  
4 muito simples e muito direta: a Faculdade de Odontologia de Piracicaba teve três vagas  
5 para professores titulares atribuídas em 2018 e 2019 que não foram ainda preenchidas.  
6 Pelo que entendeu das normas, essas vagas poderão ser preenchidas agora. No entanto,  
7 ocorreram várias aposentadorias de professores titulares, e isso entra em conflito com  
8 aquela determinação do Consu de que não pode haver um percentual maior que 35% de  
9 titulares em cada unidade. Pergunta como fica essa situação. O MAGNÍFICO REITOR  
10 diz que a restrição de percentual permanece em vigência, não estão considerando isso do  
11 ponto de vista da Administração até o momento. Essa é uma restrição que vem de fora,  
12 da Assembleia Legislativa, não é algo interno da Universidade. A princípio, encarando  
13 não como uma nova vaga, o que é um pouco problemático em um concurso de titular,  
14 porque ele também é um concurso de entrada, mas encarado como uma progressão, estão  
15 achando que é uma política que tem de ser mantida, sem cotas. O Conselheiro  
16 FRANCISCO HAITER NETO diz que fez referência a vagas que já foram atribuídas e  
17 não foram preenchidas. O MAGNÍFICO REITOR responde que esse cômputo como  
18 progressão está sendo considerado naquele montante de recursos. Ou seja, esses  
19 concursos poderiam ser conduzidos em 2022. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz  
20 que foram muitas falas, mas vai tentar contemplá-las e responder a alguns  
21 questionamentos. Em relação à questão levantada sobre a Carreira Paepe, nas falas da  
22 professora Maria Helena, do professor José Roberto, do professor Márcio e do senhor  
23 Matheus, lembra que primeiro, como o senhor Adilton mencionou, foram realizados dois  
24 GTs, um dos quais tratou da estrutura da carreira, as funções, as complexidades exigidas,  
25 e um outro que tratou das regras de progressão. Esses dois GTs tiveram como resultados  
26 mudanças em deliberações CAD-A-009/2018 e 005/2019. Houve uma preocupação muito  
27 grande de quem participou da CAD da semana passada em relação à importância desses  
28 resultados, já que esses GTs foram construídos e aprovados dentro de várias instâncias,  
29 em duas reuniões da CIDEF, foram aprovadas e ouvidas as posições das CSAs, portanto  
30 foi uma mudança construída e que tem muita legitimidade. Na reunião da CAD  
31 apareceram algumas propostas, o senhor Matheus encaminhou algumas dessas, e  
32 acordaram ali que se fossem necessárias algumas mudanças para aperfeiçoar os  
33 mecanismos, tratariam disso dentro de uma instrução normativa que poderia ser feita pela  
34 DGRH ou pela PRDU. Considera que esse é o melhor encaminhamento. Ouviu com muita  
35 atenção o pleito desses colegas, mas lembra que ouviu do outro lado, das grandes  
36 unidades, que se houvesse a quebra dessa isonomia isso poderia provocar exatamente o  
37 movimento oposto que foi colocado aqui, de servidores buscando a transferência para as  
38 unidades menores, onde teriam mais possibilidades de progressão. São questões  
39 complexas que têm de ser tratadas, e observa que o GT que presidiu, que tratava do

1 impacto orçamentário da progressão Paepe, foi criado com o objetivo de avaliar como  
2 podem alocar os recursos para que, respeitado o mérito, haja um número maior de  
3 progressão de servidores, por isso privilegiando a progressão horizontal. Estão destinando  
4 80%, com aquela banda de 10 pontos percentuais para mais ou para menos, para  
5 progressão horizontal. Isso porque havia uma demanda da comunidade dos servidores, já  
6 que 76% dos servidores estão nos níveis iniciais da carreira, tanto no segmento médio  
7 quanto no superior. Então pergunta até que ponto esses servidores dos níveis iniciais estão  
8 sendo ouvidos e foram ouvidos nessas discussões dos GTs e da CIDF. Portanto, acha que  
9 qualquer mudança de mecanismo proposta aqui deveria ser submetida a essas instâncias,  
10 para que mantenham a representatividade e a legitimidade dos mecanismos construídos.  
11 Além disso, farão novas rodadas aqui para pensar essa questão, dentro da CAD e depois  
12 no Consu do orçamento. E, se for entendimento do Conselho Universitário, que desejam  
13 contemplar um pouco mais de uma ou outra progressão horizontal ou vertical, em vez de  
14 se atribuir 0,8% do orçamento, vão atribuir um valor maior. Essa pode ser uma solução,  
15 decidir futuramente, a partir do entendimento dessas demandas, como a que foi colocada  
16 aqui em relação às menores unidades, e ao mesmo tempo considerando o receio das  
17 demais unidades de que não se quebre a isonomia, a velocidade de progressão entre as  
18 diferentes CSAs. Na CAD, deliberaram a ideia de um GT permanente para acompanhar  
19 toda construção da progressão ao longo do segundo semestre, que utilizarão no ano que  
20 vem. Certamente ali aparecerão demandas como essas que foram trazidas hoje, e que  
21 poderão trazer novos subsídios para a discussão no Conselho Orçamentário de final de  
22 ano. Portanto, pode ser decidida a construção de uma instrução normativa que dê conta  
23 não apenas dessa demanda, como de outras que apareceram na CAD da semana passada,  
24 e lhe parece que essa tem sido uma das principais, mas não é a única a ser tratada. Dentro  
25 do próprio GT que trabalhará no segundo semestre essas questões serão devidamente  
26 avaliadas. Respondendo a uma outra questão que lhe pareceu também bastante pertinente,  
27 com relação ao artigo 5º, o porquê de tratá-lo à parte e não levá-lo para o considerando.  
28 Embora entenda a linha de argumentação, lembra que toda essa discussão começa com a  
29 necessidade de lidarem com o represamento a partir da desvinculação do concurso de  
30 livre-docente da progressão para nível MS-5.1. Ali já havia um contingente bastante  
31 expressivo, apresentaram isso no Expediente do último Conselho Universitário, nas  
32 simulações, já passaram de 213, agora há um número em torno de 230, devidamente já  
33 mensurado. Mas não fazia sentido tratar desse problema da revinculação e dos recursos  
34 necessários para essa revinculação sem pensar nas outras progressões que também se  
35 fariam necessárias, de nível MS-3.1 para MS-3.2, de MS-5.1 para MS-5.2, MS-5.3.  
36 Portanto, o GT também avaliou o potencial de progressões, sempre respeitados os méritos  
37 e os perfis de cada unidade. Nesse sentido, também não poderiam deixar de avaliar  
38 juntamente quais seriam os impactos orçamentários das progressões verticais. Não apenas  
39 do conjunto de concursos já homologados ou inscritos, mas também daqueles demais

1 docentes ou unidades que têm a possibilidade de promover progressão vertical e que não  
2 iniciaram seu processo. Aliás, foi um dos pontos levantados no último Consu pela  
3 professora Andréia; simularam esses impactos e tudo isso está na proposta de deliberação  
4 de hoje. Simulados esses impactos orçamentários, agora se referindo especificamente à  
5 carreira MS, aparece no artigo 5º o máximo de 1,7%, e terão de falar em valor máximo,  
6 e não em valor mínimo, como sugeriu o senhor José Luis, porque ele se refere ao  
7 orçamento de 2022, sobre o qual ainda não possuem a informação do valor. Então, o que  
8 estão sugerindo ao Conselho Universitário que tratará da PDO de 2022 é que, a valores  
9 de hoje, as simulações indicam para a Carreira MS 0,7%, e responde também à professora  
10 Marisa ao dizer que esses recursos contemplam todo o universo que imaginam de  
11 possíveis progressões, que era o compromisso desta gestão. Não podem *a priori* atestar  
12 se esses números vão ou não se realizar, estão trabalhando em cima de várias hipóteses,  
13 daquele conceito que detalharam na última reunião em termos de potenciais. Isso passa  
14 por uma questão de mérito, pode ser que vários daqueles docentes que entendem que têm  
15 o tempo necessário para progressão não o façam agora, desejam fazê-lo depois, em 2023,  
16 2024, ou quando quer que seja. Portanto, esses recursos que estão aqui propostos se  
17 baseiam no que foi simulado; a estimativa que possuem hoje é o orçamento mínimo que  
18 entendem para 2021, o que inclusive foi questionado pelo professor Fernando Hashimoto  
19 no último Consu, qual era a base. Estão evidentemente simulando aqueles valores  
20 absolutos, imaginando os percentuais sobre a previsão para 2021, imaginando que em  
21 2022 tenham um orçamento, no mínimo, igual ao de 2021. Para isso, há vários parâmetros  
22 que podem depois detalhar, se os conselheiros desejarem. Portanto, respondendo, esse  
23 percentual de 0,7% dá conta de contemplar todas as progressões potenciais horizontais e  
24 verticais. Responde também a uma preocupação que foi levantada na reunião do último  
25 Consu, acha que pela professora Claudia Medeiros, e hoje o professor Haiter voltou a esse  
26 tema, dos professores que já concursaram para titular e cuja provisão de recursos já  
27 ocorreu. Afirma que esses concursos estão todos aqui simulados. No último Consu, a  
28 simulação para progressão para os concursos titulares apontava para 64, número que  
29 estaria ainda dentro do percentual de 35%, que é o que a Deliberação Consu-A-26/2014  
30 estabelece para a Universidade, e cada unidade tem o seu percentual diferente. Então,  
31 esses 64 são muito acima do que o represamento existente, que é da ordem de 36  
32 concursos autorizados para professores titulares. No entanto, as simulações também  
33 permitem calcular, caso tenham outros candidatos nos níveis MS-5.1 ou MS-5.2, o quanto  
34 cada uma dessas progressões custaria. Então, reforça que os concursos para titular já  
35 ocorridos, já autorizados e que foram suspensos pela lei complementar 173, foram  
36 contemplados na simulação, estão dentro desse percentual de 0,7%. Os outros números  
37 dentro desse máximo de 1,7% também foram simulados e apresentados no expediente do  
38 Consu passado, e existe uma dificuldade nessas simulações, por isso levantaram todas  
39 aquelas hipóteses. No caso da Carreira Paepe, os valores que alocarem serão definidos a

1 partir daquela distribuição de 80% e 20% para as progressões horizontais e verticais, mais  
2 ou menos um número de servidores que poderão fazer as suas progressões, desde que  
3 obedecido o mérito - no caso da horizontal exista a excelência de desempenho na  
4 progressão, e no caso da vertical, que haja aumento de complexidade. Definido o valor  
5 dos recursos, conseguem imaginar quanto seria por essa distribuição de 80%, com a banda  
6 de 10% percentuais para mais ou para menos, o número possível de progressão de  
7 servidores. Então a dinâmica aqui se inverte em relação à Carreira MS. Novamente, os  
8 recursos que estão aqui sugerindo, de 0,8%, contemplariam, como apresentaram, algo em  
9 torno de 40% dos servidores progredindo horizontalmente, e 40% progredindo  
10 verticalmente nos diferentes níveis. Como esses recursos vão ser alocados, isso vai ser  
11 evidentemente uma decisão, como ficou muito claro na CAD, com definições prévias de  
12 todas as unidades, de todas as congregações, informando quais vão ser os instrumentos e  
13 mecanismos utilizados. A composição prévia das inscrições, se aquela unidade vai usar o  
14 80% e 20%, ou se vai usar 90% e 10%, todos os instrumentos, mecanismos previamente  
15 apresentados para permitir ao servidor tomar a decisão se ele vai tentar uma progressão  
16 horizontal ou vertical. Por fim, o 0,2% contemplaria o que simulam para progressão a  
17 partir das demandas de todas as carreiras especiais, além da carreira de pesquisadores e  
18 da carreira de procuradores. Então, o 1,7% seria mais do que suficiente para iniciar esse  
19 processo de progressão que imaginam que vai ter essa característica de continuidade e de  
20 uma certa universalidade. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE esclarece que  
21 não respondeu questionamento de ninguém, fez a sua manifestação. Alertou que na  
22 Deliberação CAD-A-012/2021, no capítulo IV, está colocado como tratam da alocação  
23 de recursos para progressão, sendo que o artigo 14 coloca que os recursos serão definidos  
24 pelo Conselho Universitário na PDO, e no artigo 15 está colocado que os recursos serão  
25 distribuídos às unidades e órgãos proporcionalmente à respectiva folha. Sempre foi assim  
26 e acha que sempre será, porque não enxerga uma outra forma de distribuição de recurso,  
27 a não ser que alguma unidade se emancipe, e então poderiam discutir uma outra forma de  
28 fazer, o que não é o caso aqui. Sempre tiveram essa preocupação com as unidades  
29 pequenas, e esse problema só apareceu em 2019, quando ficou estabelecida a progressão  
30 na vertical. Precisam olhar quanto custa uma progressão na vertical na Carreira Paepe e  
31 quanto vai de recurso para a FCF, para a FEnf, por exemplo, quando se finaliza o processo  
32 de distribuição de recurso. Sabiam que em 2019 poderia acontecer na FCF e na FEnf que  
33 na divisão proporcional não daria para contemplar uma única pessoa, tanto que foi feita  
34 a suplementação para dar conta disso. Sempre tiveram essa preocupação, e esse GT  
35 também teve essa preocupação com as unidades pequenas. A deliberação CAD  
36 recomenda fortemente que todos os segmentos, tipos de promoção e classes sejam  
37 atendidos o mais proporcionalmente possível, mas precisam lembrar que é na medida em  
38 que o mérito seja demonstrado. E no artigo 3º está colocada a forma de redação que  
39 acharam mais adequada, porque estão tratando de uma deliberação CAD, que será

1 assegurada a cada CSARH no mínimo uma promoção indicada pela congregação ou pela  
2 instância equivalente quando não tem congregação. Só que estão tratando de promoção  
3 na horizontal e na vertical, então sabem dessas dificuldades das unidades pequenas, e na  
4 medida do possível elas foram tratadas na Deliberação CAD-A-012/2021. Mas entende  
5 que da forma como está colocado aqui, existe a preocupação com unidades pequenas  
6 quando falam da vertical, não na horizontal. Na horizontal, não vai ter esse problema  
7 porque é só olharem quanto custa uma promoção na horizontal da forma como está  
8 colocada na deliberação CAD. O que estão discutindo aqui hoje tem um texto que no seu  
9 entendimento não pode ser diferente da forma como já está colocado na Deliberação  
10 CAD-A012/2021. Não acha que teria efeito. O Conselheiro RODRIGO RAMOS  
11 CATHARINO diz que realmente estão em um momento que gera bastante animosidade  
12 dentro da Universidade, mas que em uma conta geral precisa ser comemorado, porque  
13 são propostas de progressões que estão acontecendo. Teve oportunidade de conversar esta  
14 manhã com alguns pró-reitores, também com o professor Pascoal, e reforça a importância  
15 dos funcionários da FCF, cujo trabalho tem sido incansável. A proposta da Reitoria é  
16 excelente, bastante pensada, e gostaria de poder colaborar com essa proposta do professor  
17 Fernando Sarti de gerar um GT permanente de acompanhamento para a Carreira Paepe,  
18 oferece seu trabalho como membro, para inclusive colocar algumas questões importantes  
19 de unidades pequenas, através do diálogo, do entendimento, como está havendo aqui no  
20 Consu, esse fórum bastante democrático, que pensou realmente nas pessoas. Acha que  
21 essa consideração é importante de ser feita. A Reitoria, acima de tudo, está mostrando  
22 através de atos que está pensando nas pessoas, está pensando nas progressões. O  
23 MAGNÍFICO REITOR diz que vai fazer a votação da seguinte forma: para o item 01, vai  
24 fazer uma chamada nominal, pessoa por pessoa, ela se manifesta, e a ideia é votar com  
25 duas modificações: uma sugerida pela professora Muriel, nas disposições transitórias, no  
26 artigo 1º, em que na terceira linha, “funcional por promoção por mérito para o nível 5.1,  
27 serão”, em vez de “considerados”, “utilizados”. Outra questão era aquilo que já informou  
28 no início, mas que não estava no documento que foi para a pauta, que seria no artigo 5º  
29 dessa mesma minuta incluir alteração do artigo 172, então no artigo 5º fica alterado o  
30 artigo 171 e o 1º parágrafo do artigo 172 do Regimento Geral da Unicamp, que passam a  
31 vigorar com a seguinte redação: o artigo 171 foi mantido do mesmo jeito, o 172 foi  
32 mantido do mesmo jeito, mas completado com “e que atendam ao perfil mínimo da  
33 respectiva unidade para o nível MS-5.1”. Vai chamar o conselheiro e ele vai dizer “sim”  
34 ou “não”. Passa à votação nominal. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE Sim. O  
35 Conselheiro ALBERTO LUIZ FRANCATO Sim. O Conselheiro ALBERTO LUIZ  
36 SERPA Sim. A Conselheira AMANDA CARVALHO MAIA Sim. O Conselheiro  
37 LEANDRO APARECIDO VILLAS Sim. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS  
38 BIANCARELLI Sim. O Conselheiro ANDRÉ VICTOR LUCCI FREITAS Sim. A  
39 Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS Sim. A Conselheira ANDRÉIA

1 GALVÃO Sim. O Conselheiro ANGEL PONTIN GARCIA Sim. A Conselheira ANNA  
2 CHRISTINA BENTES DA SILVA Sim. A Conselheira ANNA VICTÓRIA DOS REIS  
3 Sim. O Conselheiro ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO Sim. O  
4 Conselheiro BENILTON DE SÁ CARVALHO Sim. A Conselheira CLAUDIA MARIA  
5 BAUZER MEDEIROS Sim. A Conselheira CLAUDIA VIANNA MAURER MORELLI  
6 Sim. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO Sim. A Conselheira CRISTIANE  
7 MARIA MEGID Sim. A Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN Sim. O  
8 Conselheiro EDSON TOMAZ Sim. O Conselheiro EDUARDO GURGEL DO  
9 AMARAL Sim. A Conselheira ELISABETH CARDOZO Sim. A Conselheira ESTER  
10 DE PAULA MORAES Sim. A Conselheira EVANIR LOPES TEIXEIRA Sim. O  
11 Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO Sim. O Conselheiro  
12 FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO Sim. O Conselheiro  
13 FERNANDO SARTI Sim. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO Sim. O  
14 Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI Sim. A Conselheira GABRIELA BARROS  
15 GONÇALVES Sim. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN Sim.  
16 O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO Sim. O Conselheiro  
17 JEFFERSON CANO Sim. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO  
18 MEYER Sim. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO Sim. O  
19 Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ Sim. O Conselheiro JOSÉ ANTONIO ROCHA  
20 GONTIJO Sim. O Conselheiro JOSÉ LUÍS PIO ROMERA Sim. O Conselheiro JOSÉ  
21 ROBERTO RIBEIRO Sim. O Conselheiro ANDERSON JESUS VIANA ARANTES  
22 Sim. O Conselheiro LÍCIO AUGUSTO VELLOSO Sim. O Conselheiro LUAN RAMOS  
23 DA SILVA Abstenção. O Conselheiro LUIZ CARLOS DIAS Sim. O Conselheiro LUIZ  
24 CARLOS ZEFERINO Sim. O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI Sim.  
25 O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI Sim. O Conselheiro MÁRCIO  
26 ANTONIO CATAIA Sim. O Conselheiro MARCO AURÉLIO ZEZZI ARRUDA Sim.  
27 A Conselheira MARIA HELENA BAENA DE MORAES LOPES Sim. A Conselheira  
28 MARIA LUIZA MORETTI Sim. A Conselheira JÚLIA BAHIA ADAMS Sim. A  
29 Conselheira MARIÂNGELA RIBEIRO RESENDE Sim. A Conselheira MARISA  
30 MASUMI BEPPU Sim. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS  
31 Sim. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE Sim. A Conselheira MIRNA LÚCIA  
32 GIGANTE Sim. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA Sim. A Conselheira  
33 MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA Sim. O Conselheiro ORIVAL ANDRIES JÚNIOR  
34 Sim. O Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI Sim. O Conselheiro PAULO REGIS  
35 CARON RUFFINO Sim. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO Sim. O Conselheiro  
36 RENATO FALCÃO DANTAS Sim. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA  
37 Sim. O Conselheiro RODRIGO RAMOS CATHARINO Sim. A Conselheira ROSMARI  
38 APARECIDA RIBEIRO Sim. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA Sim.  
39 A Conselheira VANESSA PETRILLI BAVARESCO Sim. A Conselheira VERÓNICA



1 ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ Sim. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO  
2 Sim. O MAGNÍFICO REITOR anuncia que a matéria foi aprovada com 69 votos  
3 favoráveis e 01 abstenção, o piso seria 52, então está restabelecida a vinculação entre a  
4 livre-docência e a progressão a MS-5.1. Passa à votação do item 02, já que não houve  
5 qualquer manifestação de sugestões de mudança, que é aprovado com 63 votos favoráveis  
6 e 02 abstenções. No item 03, surgiram três questões que geraram alguma divergência:  
7 uma foi a sugestão no artigo 5º, feita pelo senhor José Luis, de que ao invés de constar no  
8 valor máximo, seria no valor mínimo; uma questão se o parágrafo único é mantido no  
9 artigo 5º ou passa aos ‘considerandos’; e a questão da distribuição dos recursos, que afeta  
10 o parágrafo 1º do artigo 3º, a forma de distribuição dos recursos para progressão Paepe  
11 entre os órgãos. Nesse aspecto, não sabe se isso seria aceito ou não pelas pessoas que  
12 propuseram mudança, mas a sugestão do professor Fernando Sarti foi de que isso fizesse  
13 parte de uma instrução normativa que poderia ser feita após esta reunião, e até  
14 eventualmente a data do Consu que decide o orçamento, a partir de estudos para ver qual  
15 é o efeito orçamentário disso. Não porque considerem isso preocupante, só para terem  
16 uma ideia do valor que teria de ser alocado a mais nas unidades pequenas. Pergunta ao  
17 professor Sarti se era essa a proposta. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que pelo  
18 que entendeu, foram duas propostas diferentes. Não se questionou, até onde entendeu nas  
19 falas, essa distribuição dos 80% a 20%, com os 10% percentuais de banda. Foram duas  
20 propostas diferentes: uma assegurando uma progressão vertical e uma horizontal por  
21 CSA, e uma que expande mais ainda isso, que é uma progressão vertical por segmento,  
22 fundamental, médio e superior. O MAGNÍFICO REITOR diz que o professor Sarti havia  
23 feito uma sugestão alternativa de que isso não fosse modificado aqui no encaminhamento.  
24 Precisam verificar se isso poderia ser aceito por quem propôs, e então votariam isso e  
25 seguiriam um outro procedimento. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que não seria  
26 a mudança na alteração dos percentuais no artigo 3º, mas a inclusão dessa obrigatoriedade  
27 de pelo menos duas progressões, porque hoje, como está estabelecido na deliberação  
28 CAD aprovada na semana passada, uma progressão está assegurada para cada CSA. O  
29 que entendeu aqui é que queriam que fosse uma para a vertical e uma para a horizontal.  
30 E houve também uma proposta, em mais de uma fala, na direção de que se atendesse, no  
31 caso da progressão vertical, não apenas uma, mas três, uma para cada segmento. O  
32 MAGNÍFICO REITOR pergunta ao professor Sarti se ele imagina que há alguma  
33 possibilidade de resolver isso para frente ou se é necessário decidir agora. O Conselheiro  
34 FERNANDO SARTI responde que deixou claro já na CAD que consideram que todos  
35 esses detalhamentos seriam objeto de uma instrução normativa a partir do  
36 acompanhamento do grupo de trabalho permanente, se quiserem, da comissão  
37 permanente. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO diz que de sua parte, não propõe  
38 alteração do parágrafo 1º do artigo 3º, a proposta é ao término do parágrafo 2º incluir  
39 “garantindo recursos mínimos para progressão vertical pelo menos para 1 de cada

1 segmento, fundamental, médio e superior”. Então, feita a distribuição orçamentária, 80%  
2 e 20%, que se tenha recursos mínimos para promoção vertical de cada segmento, isso  
3 para as unidades e os órgãos que eventualmente não vão ter recursos para promover um  
4 servidor de cada segmento vertical. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI  
5 MARTINS diz que o professor Fernando falou da possibilidade de fazer isso via instrução  
6 normativa, mas pelo que está entendendo, a deliberação Consu já é algo meio normativo,  
7 uma vez que estão falando só de 2022. Não estão falando de alteração da deliberação  
8 CAD, nem alteração na carreira, estão falando especificamente do ano de 2022. Então,  
9 essa alteração só faria agora efeito nesse ciclo e por isso não sabe se caberia fazer uma  
10 outra instrução depois disso. O MAGNÍFICO REITOR pergunta se o senhor Matheus  
11 está defendendo que se decida isso agora, e qual seria a mudança específica que ele  
12 sugere. A do professor José Roberto é no parágrafo 2º do artigo 3º. O Conselheiro  
13 MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS diz que a professora Maria Helena e o  
14 professor José Roberto propuseram para as unidades, mas ele se referiu às CSAs, que  
15 tenham garantido o mínimo de uma promoção em cada segmento. O MAGNÍFICO  
16 REITOR pergunta se ele está propondo também uma promoção vertical. O Conselheiro  
17 MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS responde que sim. A Conselheira  
18 CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS pergunta se a doutora Ângela recebeu a  
19 proposta de texto que ela enviou, e esclarece que a sua proposta para o artigo 5º foi mal  
20 interpretada; sua sugestão era de que apenas a estimativa de 1,7% fizesse parte do  
21 considerando, e que o artigo 5º, na essência, continuasse igual. Foi isso que havia  
22 proposto. Sua pergunta agora é, se aprovada a proposta de acrescentar a promoção vertical  
23 para cada nível, se isso afetaria as porcentagens estimadas do artigo 5º. O Conselheiro  
24 PAULO ADRIANO RONQUI diz que sua sugestão é relativa ao artigo 2º, e já a  
25 encaminhou a proposta de alteração do texto, que teve a contribuição do professor Renê,  
26 para o *e-mail* da doutora Ângela, para que possam apreciar no momento oportuno. A  
27 Conselheira MARIA HELENA BAENA DE MORAES LOPES reforça a proposta de ter  
28 a progressão vertical por segmento, principalmente pensando nas unidades menores.  
29 Acha que isso é manter isonomia, porque pelo fato de não ter atração, por não haver  
30 progressão de carreira, estão perdendo excelentes profissionais para o mercado privado,  
31 e talvez futuramente até para outras unidades, porque não há condições, acha que  
32 precisam olhar as unidades menores de outra forma. Isso para ela é isonomia, em termos  
33 de justiça. O MAGNÍFICO REITOR pergunta se então a proposta é igual à do professor  
34 José Roberto. A Conselheira MARIA HELENA BAENA DE MORAES LOPES  
35 responde que sim. A Conselheira ROSMARI APARECIDA RIBEIRO lembra que fez  
36 uma sugestão de alteração de palavra no artigo 5º, substituindo “aprovado” por  
37 “deliberado”. O MAGNÍFICO REITOR diz que a professora Cláudia sugere que entre os  
38 ‘considerandos’ se coloque a estimativa de um impacto máximo de 1,7% do orçamento  
39 de 2022, para progressões ainda não orçadas, então que o artigo 5º fique assim redigido:

1 “Para a retomada das progressões das carreiras da Universidade prevista nesta  
2 deliberação, a previsão orçamentária de 2022 a ser submetida, avaliada e deliberada por  
3 COP, CAD e Consu, deverá distribuir a estimativa prevista de impacto de 1,7% da  
4 seguinte forma”. Então só muda o *caput*, o restante mantém do jeito que está. A principal  
5 mudança é um pouco parecida com a sugestão da professora Rosmari, ao invés de  
6 “aprovado”, fica “submetido e avaliado e deliberado”, é um pouco mais enxuta. A  
7 Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que há uma questão  
8 semântica interessante aí, porque se não colocarem “aprovado”, significa que isso pode  
9 estar em questão. Então, acha que devem dizer que, em alguma medida, pretendem  
10 aprovar. “Deverá ser aprovado”. Se disserem que vai ser deliberado, pode ser que não  
11 seja aprovado, e então todo esse esforço não vai ter valido a pena. Acha que o “deverá” é  
12 que está condicionando, e não o verbo. O MAGNÍFICO REITOR diz que há uma  
13 sugestão da doutora Ângela, mas observa que essas coisas são detalhes semânticos. O  
14 orçamento de fato vai ser aprovado só em dezembro de 2021, então a doutora Ângela  
15 sugeriu que alterem para: “orçamento 2022, o qual deverá ser submetido, avaliado e  
16 aprovado no orçamento da Universidade em dezembro de 2021”. Fazer uma referência  
17 que o orçamento é que é aprovado em dezembro de 2021. A Conselheira ANNA  
18 CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que o verbo é que dá essa modalização, se vai ou  
19 não. Porque “deverá” é uma possibilidade, pode ser que não. Mas o verbo principal  
20 precisa estar lá. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que a professora Anna está  
21 correta, porque o artigo 5º se refere a retomar progressões, e só podem retomar se  
22 deliberarem favoravelmente, se aprovarem, porque caso contrário invalidam o início do  
23 artigo. O MAGNÍFICO REITOR pergunta se seria possível votar a norma como um todo  
24 e depois separadamente os três pontos destacados - o parágrafo único do artigo 2º,  
25 destaque do professor Paulo Ronqui com professor Renê; parágrafo 2º do artigo 3º,  
26 destaque da professora Maria Helena, Rosmari, do professor José Roberto e do senhor  
27 Matheus; e artigo 5º, destaque das professoras Cláudia e Rosmari. Havendo concordância  
28 do plenário, submete à votação a norma geral exceto os destaques mencionados, que é  
29 aprovada com 62 votos favoráveis e 03 abstenções. Em seguida, passa à votação dos  
30 destaques: no artigo 2º, parágrafo único, os professores Paulo Ronqui e Renê propõem o  
31 seguinte: “Os processos de promoção identificados no *caput* deste artigo e os concursos”,  
32 então entre “promoção” e a conjunção “e”, entraria “identificados no *caput* desse artigo”,  
33 deixando claro então que são as promoções horizontais que estão incluídas no *caput*. Não  
34 havendo observações, submete à votação o destaque do artigo 2º, que é aprovado com 67  
35 votos e 02 abstenções. Passa ao destaque do artigo 3º, em que foi feita proposta de  
36 alteração no parágrafo 2º, pelas professoras Maria Helena e Rosmari, professor José  
37 Roberto e senhor Matheus. Depois que está escrito “proporcional à sua folha de  
38 pagamento de servidores ativos”, colocariam uma vírgula e em seguida: “garantindo uma  
39 progressão vertical para cada segmento”. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO diz

1 que para ele contempla, mas o senhor Matheus sugeriu que seja para cada CSARH, e não  
2 se opõe se for dessa forma. O Conselheiro LÍCIO AUGUSTO VELLOSO pergunta se  
3 não seria melhor “garantindo pelo menos uma”, ou “no mínimo uma”. O Conselheiro  
4 ADILTON DORIVAL LEITE diz que se sente na obrigação de reforçar que a forma como  
5 distribuem e utilizam o recurso já está tratada na Deliberação CAD-A-012/2021. Há  
6 unidades que possuem os três segmentos, outras que possuem dois segmentos, e estão  
7 tratando de progressão na vertical, sendo que para progredir na vertical as pessoas  
8 precisam demonstrar mérito. Por isso precisam tomar cuidado com a forma como fazem  
9 essa redação, pois no seu entendimento está indo em uma direção diferente do que já está  
10 estabelecido na deliberação CAD. Não sabe qual é o efeito, na prática, que teria construir  
11 um texto diferente do que já está estabelecido na Deliberação CAD-A-012/21. Ressalta  
12 que sempre tiveram preocupação com unidade pequena, e na forma como estabeleceram  
13 os parágrafos no artigo 14 dessa deliberação, tiveram a preocupação de não acontecer o  
14 que estão pensando que vai acontecer. Não fizeram ainda a distribuição do recurso, que é  
15 equânime, ou seja, concede mais a quem precisa de mais e menos para quem precisa de  
16 menos; está falando de proporcionalidade. É preciso primeiro fazer a distribuição do  
17 recurso, identificar quanto de recurso veio para a unidade, antes de ficar tão preocupado  
18 com essas questões que estão sendo colocadas aqui. Está apenas alertando. O Conselheiro  
19 FERNANDO SARTI diz que, como já mencionou o senhor Adilton, estão falando em  
20 progressão vertical, e isso significa aumento de complexidade. Quando falam em  
21 progressão horizontal, falam em excelência de desempenho. Para progredir  
22 horizontalmente, a pessoa salta de nível dentro das referências, de A e B saltando para a  
23 referência C. No caso vertical, significaria uma mudança de nível; para se ter uma ideia,  
24 no fundamental há três níveis, no médio há quatro níveis, no superior há quatro níveis.  
25 Os valores envolvidos são completamente diferentes, portanto. Vai dar dois exemplos  
26 porque se deliberarem isso aqui, e o Conselho Universitário é soberano, as estimativas  
27 que foram feitas da distribuição de recursos precisariam ser completamente refeitas.  
28 Falando em progressão vertical, partindo do nível inicial, no nível fundamental, esse valor  
29 sai de R\$231 e vai para R\$536, entre horizontal e vertical. No caso do nível médio, esse  
30 valor sai de R\$341 e vai para R\$792. No caso do nível superior, sairia de R\$644 e vai  
31 para R\$711. Se falarem em órgãos, a Universidade tem mais de 90; se estão falando em  
32 CSAs, são cerca de 45, e pode ser que criem mais ou menos nessa nova rodada. Uma  
33 coisa é falar em unidade de ensino, mas pergunta se vão criar uma regra específica para  
34 as unidades de ensino diferentes dos demais órgãos da Universidade. Por isso está dizendo  
35 que não sabe se vale a pena introduzir essa mudança agora, sem ter feito a simulação do  
36 impacto orçamentário disso. Preferiria trazer essa discussão para o GT que vai levar essas  
37 informações para o Conselho Universitário orçamentário de dezembro e em dezembro  
38 definem esses recursos. Se o Conselho, com base nessa simulação, entender que vale a  
39 pena oferecer uma progressão vertical para cada segmento, porque nesse caso estão

1 falando de três para cada 90 órgãos, verticais, então esses valores que orçaram aqui de  
2 0,8% em cima do orçamento podem estar completamente furados. Não tem como fazer  
3 essa simulação agora. Estão falando de uma rodada onde avaliaram mais de três mil  
4 funcionários que teriam a condição de progressão. O senhor Adilton tem toda razão,  
5 parece que estão fazendo uma mudança apenas pontual, como se estivessem adicionando  
6 apenas três progressões verticais, mas o impacto financeiro é completamente diferente.  
7 Por isso solicita um pouco de atenção se vale a pena fazer essa alteração agora. A  
8 deliberação CAD já assegura pelo menos uma progressão para cada CSA, e poderiam  
9 simular até o Conselho Universitário orçamentário de dezembro a possibilidade de  
10 ampliar esses recursos. Mas não é possível afirmar agora, a simulação foi feita em cima  
11 daqueles níveis de progressões de 40% horizontal e vertical considerando a sistemática  
12 atual. Estariam alterando, como disse o senhor Adilton, o que foi dito na CAD da semana  
13 passada. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que a impressão que teve logo  
14 de início é que o item 03 não seria necessário neste momento. Primeiro, porque alguns  
15 artigos falam de progressões que estão asseguradas após o término da lei complementar  
16 173, conforme recursos que já estavam aprovados, então é um pouco aquela questão que  
17 o professor Fernando Hashimoto colocou no expediente anterior, de que aqueles já estão  
18 aprovados. Se não fossem cumprir, teriam de revogar. Mas entende que este item 03 veio  
19 para trazer um certo conforto, de um certo compasso no planejamento, de colocar que,  
20 após a lei complementar 173 ter findado seus efeitos, a Universidade vai retomar as  
21 progressões. Acha que não precisaria estar ali explicitado, bastava a Reitoria comunicar  
22 isso, não precisava ser uma deliberação Consu. Os itens seguintes, e principalmente esses  
23 que estão agora, o professor Fernando Sarti e o senhor Adilton têm toda razão, a  
24 normatização do critério distributivo, a maneira como tudo vai ser operado está na  
25 deliberação CAD que acabou de ser apreciada na semana passada. Então é preciso tomar  
26 muito cuidado para que não seja conflitante o que estão propondo agora com o que está  
27 deliberado lá, porque Consu é superior, em princípio, à CAD, então vão ter de revisar  
28 aquela deliberação. E fizeram lá uma discussão ampla, uma defesa de que o que foi  
29 deliberado lá foi um produto de ampla discussão. Falaram até que é uma questão de  
30 estratégia universitária, não é uma questão de gestão, com o que concorda plenamente.  
31 Entende as preocupações específicas colocadas aqui pelos diretores, mas acha que está  
32 contemplado lá. Então, na sua opinião, tentar colocar demais esses detalhes não seria  
33 necessário, assim como é a primeira vez que vê uma deliberação de uma estimativa, de  
34 um procedimento que, como o professor Antonio José já falou, é meio que consensuado  
35 na Universidade, pois toda PDO passa pela COP, CAD e Consu extraordinário no final  
36 do ano. Então, a sua pergunta naquele momento para o professor Fernando Sarti tinha  
37 sido, por exemplo, no artigo 5º, o que é fronteira rígida de percentual. E na verdade estão  
38 entendendo pelas colocações que a fronteira é móvel, é uma estimativa. Por isso a  
39 professora Claudia Medeiros insistiu que isso fosse para os considerandos. Então se forem

1 analisar no todo, esse item 03, seria para trazer uma perspectiva, trazer uma informação  
2 de como vão se operar as progressões daqui para frente. Mas precisam ter muito cuidado,  
3 e se forem olhar friamente, talvez esse item 03 da pauta não fosse necessário, pois já está  
4 normatizado em outros lugares. O restante é diretriz da Administração Central, que vai  
5 ser levada em conta nas discussões. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI  
6 MARTINS diz que sugeriu ser por CSA e não por unidade, por ser uma quantidade bem  
7 menor de locais. Supõe que não vão precisar usar desse artigo para poder fazer  
8 distribuição do recurso, mas pelo menos dá uma segurança para as unidades menores,  
9 para as CSAs menores, as condições de que eles possam ter recursos a serem distribuídos  
10 dentro das unidades. O MAGNÍFICO REITOR diz que vai colocar em votação o item  
11 como ele está. Se ele não for aprovado, votam a modificação. Não há possibilidade de  
12 consenso e precisam caminhar em frente. Houve as ponderações apresentadas pelo senhor  
13 Matheus, pelo professor José Roberto, pela professora Rosmari e pela professora Maria  
14 Helena, e tiveram as ponderações apresentadas pelo senhor Adilton e pelo professor  
15 Fernando. Nessas últimas ponderações, a questão não estaria resolvida, ela vai pode ser  
16 recolocada para frente, mas tem uma preocupação de coerência e de analisar o impacto  
17 orçamentário. Então vai colocar em votação o parágrafo 2º do artigo 3º como ele foi  
18 apresentado nesta deliberação. Se isso não for aprovado, coloca a outra deliberação  
19 acrescentando a proposta feita pelo professor José Roberto. Não havendo mais  
20 observações, submete à votação o parágrafo 2º do artigo 3º da forma como ele está, que  
21 é aprovado com 45 votos favoráveis, 13 contrários e 09 abstenções. Passa ao último ponto,  
22 em que há duas propostas de mudança, da professora Claudia, que implica mudar o  
23 considerando e colocar no artigo 5º: “Para a retomada das progressões das carreiras da  
24 Universidade prevista nesta deliberação a previsão orçamentária de 2022, a ser  
25 submetida, avaliada e deliberada por COP, CAD e Consu deverá distribuir a estimativa  
26 prevista de impacto de 1,7% da seguinte forma”, o restante fica igual. Então há essa  
27 proposta de *caput*, há a proposta original da matéria e a proposta de mudar o máximo para  
28 mínimo. Pergunta se o senhor José Luis mantém essa proposta. O Conselheiro JOSÉ  
29 LUIS PIO ROMERA responde que sim, porque inclusive ela resolve a questão que foi  
30 derrotada agora há pouco, se deixar o mínimo e achar que deve contemplar isso, podem  
31 colocar 1,7% mais essas progressões dessas unidades. Então mantém em função disso,  
32 até para permitir a possibilidade. No orçamento feito para esse ano, 1,7% será R\$49  
33 milhões no ano. Hoje o orçamento da Universidade está com gasto da folha de 74,9%,  
34 tem uma economia mensal de cerca de R\$50 milhões, então não é um recurso muito  
35 vultuoso. Estão gastando o dia inteiro aqui falando sobre isso com algo que parece muito  
36 vultuoso, mas é no máximo R\$49 milhões. Está colocando a palavra “mínimo” porque se  
37 for R\$49,274 milhões, o senhor Reitor pode decidir distribuir para as unidades menores  
38 que não têm chance de promoção e progressão. O MAGNÍFICO REITOR pergunta se é  
39 possível votarem só essa mudança. Está partindo da premissa que a proposta original e a

1 proposta da professora Claudia compartilham a ideia de que 1,7% é o valor máximo. O  
2 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que não há como estimarem hoje qual vai ser a  
3 previsão orçamentária para 2022. Vão trabalhar agora aqui no item 04 qual é a previsão  
4 orçamentária de 2021, de R\$2,9 bilhões do recurso do tesouro estadual mais R\$50  
5 milhões de recursos próprios. Em cima disso, fazendo a conta que o senhor José Luis  
6 acabou de fazer, chegam aos valores que simularam do necessário para todas as  
7 progressões dentro daquele conceito de uma universalidade. Sendo otimistas, e não há  
8 por que não ser, se o orçamento para 2022 for 20% maior, que vá a R\$3,5 bilhões, não  
9 precisariam utilizar 1,7% para fazer as progressões. Por isso está ali o máximo até 1,7%.  
10 Talvez precisem usar 1,5%, 1,4%, isso quem vai determinar vai ser o Consu de dezembro,  
11 onde terão pelo menos uma previsão de 2022 a partir da sinalização da Secretaria da  
12 Fazenda. Hoje, a não ser que tenham uma visão pessimista, e podem ter, de que o  
13 orçamento para 2022 vai ser inferior ao de 2021, esse mecanismo não funcionaria. E é  
14 por isso que estava falando também, respondendo à professora Marisa, que a variável que  
15 não controlam aqui é exatamente a previsão orçamentária de 2022. Conseguem pensar nos  
16 valores simulados em cima do orçamento de 2021, e terão a liberdade no Conselho  
17 Universitário de dezembro de trabalharem se 1,7% é muito, se pode ser um pouco menor,  
18 ou não. Respondendo a essa distribuição, que é o que corresponde às simulações.  
19 Portanto, defende que mantenham a ideia do máximo. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO  
20 ROMERA diz que entendeu a colocação do professor Fernando Sarti. A conta feita por  
21 ele é maior do que a projeção que está na revisão, já deve ter projeções superiores a essa  
22 que está na revisão orçamentária. Vão começar a abertura total agora mantendo esse  
23 auxílio emergencial até outubro, e vai entrar o outro ainda, então pensa que para o ano  
24 que vem terão recursos para fazer promoção e progressão. Por isso sugere que se coloque  
25 “no mínimo”. Pode ser igual, podem chegar à conclusão que seja 1,7%, as duas palavras  
26 resolvem as mesmas coisas, mas propõe que seja “no mínimo”, porque ficaram dois anos  
27 sem progressão e promoção, foram contingenciados R\$18 milhões em 2020, no caso dos  
28 servidores técnico-administrativos. O MAGNÍFICO REITOR diz que vão votar o *caput*  
29 do artigo 5º, em que consta que 1,7% é um valor máximo. A Conselheira CLAUDIA  
30 MARIA BAUZER MEDEIROS pergunta se sua proposta não vai ser considerada. O  
31 MAGNÍFICO REITOR responde que será votada na sequência. Em seguida, submete à  
32 votação o artigo 5º, que é aprovado com 53 votos favoráveis, 04 votos contrários e 08  
33 abstenções. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que sua  
34 proposta foi dividida em duas partes. A primeira parte é que, como até a professora Marisa  
35 mencionou, não se coloca estimativa como parte de um artigo. A menção à estimativa  
36 passaria a fazer parte dos considerandos, e isso é uma questão estilística, para ser um  
37 pouco mais fiel ao estilo das deliberações. A segunda parte de sua proposta é uma nova  
38 redação para o artigo 5º, que em espírito é igual, exceto que não os obriga a votar o 1,7%,  
39 porque como disse o professor Fernando, é impossível garantir o 1,7% para o orçamento

1 de 2022, isso é uma estimativa, portanto não podem agora dizer que isso vai ser aprovado,  
2 porque não sabem. Pode ser mais, pode ser menos. O MAGNÍFICO REITOR diz que o  
3 problema, na verdade, está na interpretação e não na redação. A interpretação da Mesa é  
4 diferente da que a professora Claudia está apresentando. A interpretação que fazem do  
5 artigo 5º é que ele não é algo a ser compulsoriamente aprovado no Consu do orçamento,  
6 ele terá de ser avaliado por todas essas instâncias, e pode ou não ser aprovado. Deverá  
7 ser, essa é a avaliação da Mesa. O que podem fazer é colocar a proposta da professora  
8 Claudia em votação, e recomenda a quem prefere a primeira formulação, que vote  
9 contrariamente à sua proposta. Submete à votação a proposta da professora Claudia para  
10 o artigo 5º, que é rejeitada 30 votos contrários, 26 favoráveis e 11 abstenções. Portanto,  
11 foi mantida a formulação original. Passa ao item 04 – Proc. nº 01-P-19600/2020 –, que  
12 trata da Segunda Revisão do Orçamento 2021, com Demonstrativo Receita/Despesa. O  
13 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que, na discussão da primeira revisão orçamentária,  
14 assumiram no Consu o compromisso de antecipar a divulgação da segunda revisão assim  
15 que tivessem os indicadores completos do segundo trimestre de 2021, portanto do  
16 primeiro semestre, e se houvesse também uma nova previsão de arrecadação por parte da  
17 Secretaria de Fazenda do Estado. As duas coisas aconteceram, a Secretaria trouxe uma  
18 nova previsão de receita, como vai detalhar o senhor Thiago, os recursos do tesouro do  
19 estado que estavam previstos na primeira revisão em R\$116,9 bilhões foram para R\$132,8  
20 bilhões. Isso do ponto de vista da Unicamp significou uma previsão de repasse que  
21 inicialmente estava na ordem de R\$2,567 bilhões para os atuais R\$2,915 bilhões, número  
22 esse que utilizaram nas simulações anteriores. Essa não é a receita total da Universidade,  
23 porque teriam de adicionar a Receita Própria. Como verão em seguida a apresentação do  
24 senhor Thiago, a previsão de receita para o exercício de 2021 é R\$2,965 bilhões,  
25 adicionadas as Receitas Próprias. Essa nova previsão traz uma mudança de saldo, que  
26 deixava na primeira revisão um déficit de R\$50 milhões, e que agora passa a ser de um  
27 superávit de R\$250 milhões. Essa nova previsão de saldo tem de ser avaliada, como  
28 trataram já em outras câmaras, na própria COP e depois na CAD, com certa cautela,  
29 porque essa previsão de saldo de R\$250 milhões obviamente capta o aumento da  
30 arrecadação do primeiro semestre, as previsões de positivos para o segundo semestre dos  
31 recursos do tesouro, mas também expressa as despesas represadas, como já tratado aqui  
32 por vários conselheiros, em parte associadas à lei complementar 173, com impactos  
33 importantes sobre a folha, mas também por conta da própria pandemia, que tem impactos  
34 em alguns dos itens importantes da estrutura de despesas, como a utilidade pública, uso  
35 de restaurantes, serviços de transportes, despesas contratuais, entre outras. Portanto, esse  
36 saldo capta o aumento das receitas, mas também reflete represamento das despesas. No  
37 aumento de arrecadação, há vários fatores agindo, desde a redução das isenções pelo  
38 governo do estado, o aumento de algumas tarifas, sobretudo arrecadação por conta da  
39 energia e dos combustíveis, que não sabem se permanecerão ou não. Logicamente



1 também essa arrecadação tem um componente inflacionário importante, mas mesmo  
2 desconsiderando esse componente inflacionário, há o aumento real de arrecadação. Se  
3 ficarem atentos ao material que foi disponibilizado, já deflacionando, seja pelo IPC, que  
4 é apurado pela Fipe da USP, seja usando o IPCA, que é o índice oficial do IBGE,  
5 observam que a arrecadação do primeiro semestre no estado ficou em torno de R\$64,2  
6 bilhões, bastante superior à arrecadação do primeiro semestre dos anos prévios à  
7 pandemia, 2018 e 2019, é um patamar de R\$6,5 bilhões, por isso os componentes das  
8 isenções, das tarifas e da energia, têm uma contribuição importante, não é apenas o fator  
9 inflacionário. Então, o aumento de receitas e as despesas represadas explicam o aumento  
10 do saldo, e explicam também o fato de que as reservas financeiras da Unicamp estão em  
11 torno de R\$687 milhões, com posição de 30 de junho. Essas despesas represadas mostram  
12 ainda uma diferença pequena entre a primeira e a segunda revisão, mas há uma diferença  
13 bastante significativa entre o primeiro semestre, em que já estão despesas efetivas, e a  
14 coluna da previsão para as despesas no segundo semestre. Houve a preocupação da  
15 Aeplan de já orçar despesas pensando na retomada presencial das atividades na  
16 Universidade de forma gradual, com segurança, seguindo todos os protocolos, o que  
17 significa a necessidade de prever recursos para vários dos contratos, várias das atividades  
18 da Universidade. Com esses dados, já somados os dados de julho, o comprometimento da  
19 folha da Unicamp em relação às receitas do tesouro estão em 75%, sendo que até junho  
20 estavam 76,05%. Então com isso completa aquela informação anterior, que hoje, dentro  
21 daquela previsão de 1,7%, estariam ainda em um patamar de comprometimento inferior  
22 a 77%, com as despesas com a progressão. Solicita ao senhor Thiago que faça a  
23 apresentação, e depois se colocam à disposição para os esclarecimentos. O senhor  
24 THIAGO BALDINI DA SILVA diz que o demonstrativo de receitas e despesas da  
25 segunda revisão orçamentária mostra que, no final do primeiro semestre, a Universidade  
26 está com um superávit projetado de R\$249,9 milhões para o final do exercício. Dessa  
27 forma, as despesas da Universidade estão situando-se em 93,17% das receitas, o que,  
28 como o professor Fernando Sarti já informou, vem fazendo um acúmulo de recursos no  
29 saldo orçamentário da Universidade, apesar de todo momento atípico. Mas observa que  
30 esse é o retrato atual, não significa que isso seja uma situação que tenha uma continuidade  
31 para os próximos anos. Em relação às receitas totais da Universidade, saíram da primeira  
32 revisão orçamentária em um patamar de R\$2,6 bilhões de arrecadação, e nesta segunda  
33 revisão está sendo elevado para R\$2,965 bilhões, uma grande diferença que causou o final  
34 do déficit e propiciou o superávit apresentado. Quando entram nas arrecadações, chegam  
35 na principal mudança, que foi a arrecadação do ICMS. Como o professor Sarti já disse no  
36 início, saíram da primeira revisão com uma arrecadação de ICMS de R\$116,9 bilhões  
37 para uma arrecadação de R\$132,6 bilhões. Esse acréscimo vai gerar, somente de ICMS,  
38 um aumento de R\$323,6 milhões para a Universidade, o que causou aquele grande  
39 aumento da arrecadação. Parece que está sendo uma revisão muito otimista, mas quando

1 entram no gráfico que apresenta em seguida, observam que as linhas de baixo são as  
2 arrecadações previstas, tanto na proposta orçamentária, como na primeira revisão, que  
3 vem do decreto de execução do estado, mas a linha preta mostra que a arrecadação vem  
4 acontecendo em um nível muito superior. As projeções, levando em conta os números  
5 passados pela própria Secretaria da Fazenda, apresentam um patamar muito mais próximo  
6 e mais fácil de ser realizado do que o patamar anterior. Todas as mudanças que  
7 aconteceram nesse período, desde as mudanças de alíquota, os incentivos à economia,  
8 também a inflação que vem aumentando fortemente, elevaram o patamar de arrecadação.  
9 Então, estão em um patamar muito acima do que foi estimado, do que era pensado  
10 inicialmente no ano. Isso mostra o que faz elevar tanto o superávit. O professor Sarti já  
11 explicou um pouco dos números do gráfico que está apresentando, mas é importante dizer  
12 que quando olham somente para 2020, veem que no primeiro semestre tiveram um  
13 crescimento de 20% da arrecadação, mas no segundo semestre essa previsão já é de 7%  
14 de crescimento. Mas como 2020 não pode ser tomado como parâmetro, voltando para  
15 2019 veem que a arrecadação estimada já está apresentando, em valores reais, um  
16 crescimento de 11%, além da inflação, quando se toma como base 2019, que foi o ano  
17 que a arrecadação trabalhou de modos normais, sem os efeitos da pandemia. No próximo  
18 gráfico, apresenta como está sendo, em valores reais, essa arrecadação mês a mês. A linha  
19 em azul é o já arrecadado até junho, e a projeção de julho, agosto e setembro. O que no  
20 primeiro gráfico parecia um aumento muito forte da arrecadação, em valores reais  
21 observam que esses valores não estão com um crescimento tão forte, estão dentro dos  
22 patamares que normalmente acontecem na arrecadação, o que mostra que esses números  
23 possivelmente vão ser atingidos até com alguma facilidade. Apesar de no início parecer  
24 tão alto, em valores reais a Secretaria da Fazenda já está imaginando um valor bem  
25 adequado do que pode ser considerado nesta segunda revisão e pode ser um bom  
26 parâmetro para a gente começar a pensar no ano seguinte. Isso aqui foi um pouco do  
27 ICMS. Entrando um pouco nas receitas próprias, o que realmente apresenta um aumento  
28 no ano são as aplicações financeiras causadas por dois itens, o aumento da taxa de juros  
29 e inflação, que estão no maior patamar no último ano, e muito acima do que foi estimado  
30 inicialmente, e também em razão da reserva estratégica, que vem acumulando recursos  
31 mês a mês, de acordo um pouco com o que o professor Sarti já falou do represamento das  
32 despesas. As despesas, por sua vez, já estão se situando também abaixo, 4,4% abaixo do  
33 estimado inicialmente, o que dá um valor de quase R\$126 milhões a menos que o inicial.  
34 O principal ponto que afetou as despesas foi a lei complementar 173, que barrou o  
35 crescimento delas que aconteceria normalmente. A folha vem reduzindo, houve uma  
36 redução da proposta orçamentária até agora de praticamente R\$20 milhões. Observa que  
37 neste momento estão fazendo uma projeção imaginando o retorno gradual das atividades  
38 presenciais da Universidade, então o Incentivo ao Trabalho Noturno já está sendo  
39 considerado financeiramente para que possa voltar a ser pago conforme a necessidade,

1 quando for retomado o trabalho noturno na Universidade. No restante das despesas, o  
2 Grupo II - Sentenças Judiciais não tem nenhuma alteração; o Grupo III - Utilidade Pública  
3 e IV - Restaurantes e Transporte continuam apresentando uma redução, em parte porque  
4 na primeira revisão imaginavam o trabalho remoto durante o primeiro semestre, e agora  
5 já estão estimando esse processo gradual de retorno ao trabalho presencial. E com a  
6 Universidade mais cheia, mais povoada do que está agora, essas reduções acabam se  
7 segurando um pouco. Como o professor Sarti já mencionou, os valores efetuados no  
8 primeiro semestre são bem menores do que no segundo semestre, o que indica que com a  
9 Universidade voltando à sua normalidade pós-pandemia, esses gastos voltarão a subir.  
10 No Grupo V - Despesas Contratuais houve um leve aumento, causado principalmente  
11 pela licitação de novos contratos de limpeza e de vigilância, mas nenhuma mudança  
12 acentuada. Nos próximos programas é que começam a fazer mudanças nesta segunda  
13 revisão. No Grupo VI - Programas de Apoio, os valores permanecem iguais aos da  
14 proposta, um pouco acima da primeira revisão, mas lembra que sempre ocorre a transição  
15 de recursos entre os grupos de despesas, então normalmente os recursos do programa de  
16 apoio, das receitas próprias eles transicionam tanto para contratos, como para manutenção  
17 das atividades, o que causa normalmente uma queda, mas aqui essa queda não é  
18 apresentada porque estão suplementando a Universidade em R\$1,5 milhão no Programa  
19 de Manutenção Predial. Outra suplementação que estão fazendo é de recursos que vão  
20 automaticamente para as unidades; após aprovação, a Aeplan fará uma suplementação  
21 proporcionalmente, nos mesmos moldes que foram distribuídos recursos da proposta de  
22 distribuição orçamentária, tanto no PMP, como na manutenção das atividades existentes,  
23 que na verdade é o custeio do dia a dia das unidades e órgãos, onde fazem uma  
24 suplementação de R\$1,850 milhão. Essas duas suplementações foram pensadas no intuito  
25 de ajudar as unidades a trabalhar no que faltar nas últimas adaptações para o retorno ao  
26 trabalho presencial, retorno às aulas. Entendem que as unidades vão ter uma demanda  
27 maior de serviços e por isso já suplementam esse recurso para dar mais tranquilidade aos  
28 diretores e dirigentes de órgãos para fazer as adaptações necessárias. A próxima alteração  
29 que pensaram também nessa linha foi a criação de um programa de retomada segura, no  
30 valor de R\$26,5 milhões, com a finalidade de estruturar a Universidade para o retorno  
31 das suas atividades. Esse retorno das atividades é pensado de uma forma mais ampla, nos  
32 acréscimos contratuais que venham a ser necessários, principalmente em fretados, em  
33 limpeza. Não sabem exatamente ainda como vai ser a condução dos fretados, quantas  
34 linhas talvez tenham de ser aumentadas, então já estão reservando recursos para isso,  
35 assim como para adaptações físicas, aquisições de equipamentos para o retorno às aulas,  
36 que ainda não sabem como se darão, mas já estão reservando um recurso para atender as  
37 demandas que surjam dos GTs criados pela Reitoria para o retorno. Hoje não têm  
38 condições de saber quais vão ser os protocolos exatos da retomada, então é um número  
39 que está até um pouco em aberto; estimaram um valor, mas esse valor pode terminar

1 sendo bem menor até o final do ano, da mesma forma que pode ser necessário ser  
2 acrescido de alguns recursos, dependendo de como forem os protocolos no aumento do  
3 retorno. Então isso causa um grande impacto nos Projetos Especiais, onde há um  
4 aumento. Outro item inclusive o professor Antonio José mencionou hoje, o quanto  
5 restringiram as obras e os investimentos da Universidade nos últimos anos, e informa que  
6 estão fazendo uma retomada nesses investimentos, com uma suplementação de R\$20  
7 milhões, recursos que já vão ser distribuídos. A Depi vai fazer as tratativas da forma como  
8 ela trabalha normalmente, verificando a priorização de obras, para já dar início a elas,  
9 começando a movimentar também a área de investimentos. O próximo item de despesa  
10 apresentado são as despesas de receita própria, Grupo IX, e volta a frisar que na primeira  
11 revisão houve uma grande queda, porque saíram aqueles recursos condicionados que não  
12 tinham certeza se iam receber ou não, já foram extintos na primeira revisão. E da mesma  
13 forma, acabaram com a reserva que estavam sugerindo na proposta orçamentária. As  
14 receitas próprias permanecem no mesmo patamar. No Grupo X - Créditos a Conceder,  
15 apresentam uma redução de valor que se refere a um ajuste das contas. Na verdade, R\$8,4  
16 milhões já foram suplementados nas unidades, nas obras que estavam sendo executadas,  
17 e dessa forma eles já aparecem no Grupo VIII, nos investimentos autorizados, já estão em  
18 execução, por isso reduzem aqui para não duplicar os valores. Em seguida, mostra uma  
19 tabela com o que realmente está causando impacto na mudança inicial do déficit para o  
20 superávit: as receitas apresentam aumento de R\$333 milhões, praticamente, e as despesas  
21 estão caindo em R\$125,7 milhões. Como o professor Sarti já disse, entendem que as  
22 receitas voltaram ao patamar pré-pandemia. Houve queda de receitas em 2020, a  
23 economia se recuperou de alguma forma e estão em um patamar condizente com o  
24 crescimento da economia, mas as despesas da Universidade ainda estão bastante seguras,  
25 principalmente, como já foi bastante comentado neste Consu, devido à lei complementar  
26 173. Estão tendo queda nos valores de pessoal, que normalmente é um valor que aumenta  
27 por si só em razão do crescimento vegetativo da folha, e nem isso estão tendo nesses anos.  
28 Ano que vem, as despesas devem vir em um patamar um pouco superior. As previsões de  
29 despesa para este ano foram feitas na proposta orçamentária imaginando-se uma  
30 Universidade já funcionando de forma presencial plenamente em 2021. Isso tudo ainda  
31 vai ser considerado, o que faz com que esse superávit de R\$250 milhões seja ótimo, mas  
32 será pontual, nos próximos exercícios isso tende a ser reduzido pela volta dos  
33 crescimentos de despesas, aumento de folha etc. O professor Sarti já informou o número  
34 da reserva estratégica, que costumeiramente trazem ao final da documentação, e fica claro  
35 o quanto nesses meses a Universidade está trabalhando com uma receita acima das suas  
36 despesas, proporcionando um acúmulo de recursos. No fechamento da segunda revisão,  
37 a Universidade possuía um saldo de R\$687,8 milhões. A Conselheira JULIA BAHIA  
38 ADAMS diz que tem uma consideração a fazer. Visto que a Universidade não é só  
39 progressão docente, e que demais categorias estão sofrendo com perda de renda, e visto

1 que não foi permitida a participação de representação discente no Grupo de Trabalho para  
2 retomada de atividades presenciais na Unicamp, nem no comitê científico de contingência  
3 do coronavírus da Unicamp, vai usufruir desse espaço para expressar uma grande  
4 preocupação que se refere às iniciativas para o retorno seguro. No *site* da Unicamp,  
5 especificamente na página do FAQ sobre coronavírus, consta, “Sobre o uso de máscaras:  
6 no momento, não há recomendação para seu uso pela população em geral, mas apenas  
7 para quem estiver com suspeita da infecção pelo Covid-19”, o que contradiz com outras  
8 informações sobre o uso de máscaras a página de orientações para o convívio seguro,  
9 onde constam informações corretas sobre a importância de respiradores PFF2 e PFF3, e  
10 o risco de transmissão por aerossóis. Nesse sentido, pergunta se a Universidade fornecerá  
11 respiradores PFF2 ou PFF3 para todos que retornarem ao trabalho presencial. Ao longo  
12 dos últimos meses, ouviram que respiradores PFF são quase um artigo de luxo na área da  
13 Saúde, receberam denúncia de pessoas sem máscaras em laboratórios, inclusive de  
14 docentes reclamando sobre a própria existência dos protocolos de segurança respiratória.  
15 Assim, pergunta de que forma serão feitos a fiscalização e o reforço desses protocolos, e  
16 se é prudente mesmo o retorno presencial quando estamos batendo quase 570 mil mortes  
17 no país, e quando apenas recentemente registraram a média móvel diária de 862 mortes.  
18 Por fim, esperam ver a mesma vontade política da Reitoria e da bancada docente com a  
19 pauta discente quando estiverem discutindo ampliação da moradia estudantil, das ações  
20 afirmativas, assim como a retirada do Título *Honoris Causa* do Jarbas Passarinho. O  
21 Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que se solidariza com a fala da  
22 acadêmica Julia, acha que as preocupações são pertinentes. Sobre o item relativo à  
23 suplementação das verbas para o Hospital de Clínicas de R\$10,6 milhões, e paralelo a  
24 isso, uma indicação feita no início do documento sobre R\$12 milhões de verbas  
25 contingenciadas que também estariam direcionadas para assistência hospitalar da  
26 Unicamp, fez uma pesquisa e no total o governo estadual está contingenciando R\$85  
27 milhões para hospitais públicos, mesmo considerando toda essa arrecadação que foi muito  
28 superior àquilo que estava estimado no final do ano passado. Então acha muito importante  
29 que pontuem isso, porque dentro de um orçamento que está chegando a R\$2,9 bilhões,  
30 talvez esses R\$12 milhões contingenciados não representem muita coisa, mas na verdade  
31 eles representam muita coisa. Eles podem ser muito importantes para o retorno seguro,  
32 para as aulas presenciais, para a ocupação presencial da Universidade. Também com  
33 relação à moradia estudantil e todas as questões em torno dessa questão da permanência  
34 e assim por diante. Tem certeza de que a Reitoria e a Superintendência do HC estão  
35 fazendo esforços importantes para que essa verba seja descontingenciada, e que a  
36 Unicamp não seja obrigada, enquanto instituição, a suprir algo que se não fosse esse  
37 contingenciamento, talvez não precisasse. O Hospital de Clínicas desenvolve um trabalho  
38 fantástico, mas cabe ao governo do estado também dar a sua contribuição e  
39 descontingenciar as verbas neste momento de priorização da saúde por que estão

1 passando. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI agradece à acadêmica Júlia pelos  
2 comentários. Junta-se a ela na preocupação em relação às pessoas que possam adoecer, a  
3 retomada presencial e todas as preocupações que ela citou, que estão sendo discutidas  
4 pelo GT de retomada. Informa que hoje ocorreu uma reunião das três universidades  
5 paulistas e o que se conversou foi que a prioridade número 1 é uma retomada segura e  
6 número 2, a vacina. Estão em uma parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas,  
7 vacinando todos os servidores da Unicamp, alunos, terceirizados, aqui na própria  
8 Universidade. Hoje, de todos os agendados, todos compareceram. Aproveita para  
9 convidar aqueles alunos de graduação e pós-graduação que não se vacinaram ainda,  
10 servidores que ainda são jovens e não se vacinaram, para que venham ao Cecom e se  
11 vacinem. Todas as universidades prezam muito pelo retorno seguro e terão alguns  
12 princípios que todas irão seguir, um deles é o esquema de vacinação completo de todas  
13 as pessoas; outro é a vigilância epidemiológica dos retornos, testagem prévia, o uso de  
14 máscara, a orientação de como usar corretamente as máscaras, e está sendo definido qual  
15 delas será usada, em qual atividades. Portanto, a grande preocupação é que possam ter  
16 segurança na comunidade. Estão buscando também soluções que possibilitem  
17 implementar o ensino dentro das salas de aulas, que vão ter de ser, provavelmente por um  
18 período, híbrido, então haverá alunos vacinados completamente, juntamente com alunos  
19 que estarão assistindo essa aula remotamente, e essas aulas ficarão gravadas. Para essa  
20 medida, estão buscando opções de câmeras que possam ajudá-los e implementar o ensino  
21 híbrido de melhor qualidade. Então, pensando nos alunos, estão buscando soluções que  
22 vão implementar um ensino de maior qualidade. A preocupação com a permanência  
23 estudantil sempre foi um dos pilares desta gestão; querem que os alunos que entram na  
24 Universidade se formem, e que se formem pessoas que serão muito produtivas para a  
25 sociedade. Além do crescimento pessoal de cada aluno, desejam que ele contribua no  
26 crescimento da sociedade. Desse modo, parte da verba que está sendo destinada ao retorno  
27 presencial irá para os alunos. De fato, não sabem qual é o tamanho do problema que os  
28 alunos enfrentam, só saberão no momento em que começarem a fazer o retorno  
29 presencial. Não têm a dimensão de quanto essa pandemia afetou famílias, perdas às vezes  
30 de pai ou mãe, de quem estava no sustento da família, e o quanto isso afetou os alunos.  
31 Mas a Reitoria vai estar presente buscando minimizar esses danos. O Conselheiro  
32 MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que a professora Maria Luiza mencionou que  
33 conversou com a Prefeitura de Campinas, então pergunta se houve alguma conversa com  
34 a Prefeitura de Limeira para atender FT, Cotil, FCA, e também a FOP em Piracicaba. A  
35 Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz que levaram essa demanda dos dois outros  
36 *campi*, mas por ora a prefeitura vai priorizar as pessoas da região de Campinas. Mas  
37 qualquer aluno da Unicamp, de qualquer região, será vacinado. Então os alunos de  
38 Limeira, os profissionais de Limeira ou de Piracicaba que vierem até aqui serão  
39 vacinados, porque o número de vacinas que receberam cobre os alunos e servidores da

1 Unicamp. Tentaram, mas não foi possível levar vacinas para Limeira. O Conselheiro  
2 MÁRCIO ALBERTO TORSONI observa que o município já está vacinando com 18 anos  
3 de idade. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz que já vai vacinar de 12 a 17  
4 anos, então inclusive vai cobrir os colégios. O MAGNÍFICO REITOR diz que vão estar  
5 amanhã em Limeira, então podem combinar se há possibilidade de organizar uma  
6 inscrição das pessoas que não sejam de Campinas, mas que estudam na FCA, na FTI e no  
7 Cofil, e pensar em algum transporte para trazer as pessoas para cá e fazer a vacinação. Ao  
8 instalar um centro de vacinação dentro da Unicamp nesse convênio com a prefeitura,  
9 querem vacinar as pessoas e possibilitar o retorno às atividades presenciais o mais rápido  
10 possível. Portanto, que o problema não seja a vacinação, não sejam recursos, porque  
11 possuem recursos, e por isso colocaram a possibilidade de liberá-los nesta revisão  
12 orçamentária. Os problemas que existem são de ordem logística, não são fáceis de  
13 resolver. Estão hoje com algo próximo de 3 mil refeições, quando normalmente fornecem  
14 17 mil; as cantinas estão fechadas e as salas de aula nem sempre são adequadas. No  
15 entanto, os gargalos desse retorno não ficarão claros se não voltarem às atividades, por  
16 isso o retorno tem de ser gradual, mas contínuo. Se esperarem todos em atividades  
17 remotas retornarem em fevereiro e março do ano que vem, sequer vão descobrir quais são  
18 os gargalos das dificuldades. Por isso estão organizando o dia 13 de setembro para todas  
19 as pessoas que tenham 14 dias após a segunda dose da vacina retornarem às atividades.  
20 Há os limites de ocupação dos espaços, têm de usar máscaras, têm de fazer higiene das  
21 mãos, seguir todos os protocolos, mas precisam organizar e retomar as atividades que não  
22 sejam em sala de aula neste primeiro momento. Ao retomar essas atividades, vão olhar as  
23 salas de aula, os escritórios, como estão os computadores; há computador que está há um  
24 ano e meio sem ligar. Precisam retomar e providenciar essa manutenção. Estão  
25 disponibilizando recursos no orçamento para fazer isso, tomando o cuidado que as  
26 pessoas estejam vacinadas. Querem vacinar o conjunto dos alunos, é isso que a prefeitura  
27 está disponibilizando para a Universidade. Então precisam retomar o espírito de ocupar a  
28 Universidade, é esse o desejo, sempre garantindo a segurança. A questão da aula é mais  
29 delicada, porque existe uma diversidade de situações, existe o problema logístico das  
30 pessoas que moram longe, fora do estado de São Paulo, então há os problemas de moradia.  
31 São várias questões, mas não terão dimensão desses problemas se não tiverem aqui  
32 docentes, funcionários e pesquisadores para irem localizando os gargalos e procurando  
33 resolver essas questões. Por isso conchama os docentes e funcionários a reocuparem, a  
34 partir do dia 13 de setembro, de fato, esta Universidade. Todos sabem que estão em  
35 atividades remotas, mas todos sabem também o valor da presença no *campus*. Precisam  
36 retomar esse espírito do valor da presença no *campus*, recuperar os problemas de  
37 infraestrutura, de logística interna, restaurante, refeição, transporte, para se prepararem  
38 para viver um 2022 muito diferente do que viveram nesse um ano e meio. E vão garantir  
39 a vacinação para que isso seja possível, e possível não significa que será compulsório;

1 estão programando para setembro essa retomada gradual, que localizem os vários  
2 gargalos para as atividades plenas, inclusive aulas presenciais, e que comecem a resolver  
3 isso. Ao fazer essa liberação orçamentária, a proposta é equipar pelo menos parte das  
4 salas de aula com equipamentos mais adequados para o ensino híbrido, se for o caso.  
5 Entretanto, não é a Administração Central que vai preparar isso, não conseguem nem  
6 localizar todas as dificuldades que ocorrem em cada local, então querem incentivar esse  
7 espírito e garantir duas coisas importantes: vacina para todos e recursos para fazer isso.  
8 Observa que hoje a média no estado de São Paulo do uso de UTI associado à Covid é  
9 menos de 50%, é cerca de 45%. Então a vacinação andou muito rapidamente. Se  
10 acelerarem aqui dentro essa vacinação também, terão condições de fazer esse retorno  
11 gradual com segurança, e localizar os gargalos e resolvê-los gradualmente. É muito mais  
12 fácil parar as atividades presenciais do que voltar a elas, depois de um ano e meio.  
13 Ressalta que possuem uma preocupação bastante grande com a questão da permanência.  
14 Sabem que uma parte dos estudantes depende de auxílio para se manter aqui, e isso é  
15 provável que tenha aumentado em função do nível de desemprego no país, portanto estão  
16 dispostos a pensar nessa questão com seriedade para garantir a permanência estudantil.  
17 Mas até para localizar isso também precisam incentivar a presença deles no *campus*. Há  
18 dificuldades de ordem psicológica, de ordem pedagógica, e vão enfrentar isso com muito  
19 cuidado, muito carinho, muita generosidade, mas não vão conseguir isso sem estimular o  
20 retorno. Não conseguirão sair de 2021 na situação em que estão hoje e entrar em 2022  
21 com outra, completamente diferente; terão de fazer isso gradualmente e ir tomando pé da  
22 situação. E têm, neste momento, duas boas possibilidades: a chance de vacinar  
23 praticamente toda a comunidade que ainda não foi atingida pela vacina e recursos para ir  
24 nessa direção, para garantir uma melhoria de infraestrutura e de permanência, que  
25 permitam voltar à atividade plena neste fim de ano e início do próximo ano. O  
26 Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que precisam, de fato, ir retomando  
27 suas atividades presenciais. Há demandas e necessidades muito fortes para que isso  
28 aconteça, com todos os cuidados que devem ter. Em particular, considera importante a  
29 questão de comunicação; não podem dar a ideia de que vão fazer um teste, experimentar.  
30 Isso não é um experimento com as pessoas; caso contrário, teriam de desenhar esse  
31 experimento, fazer até um protocolo com o comitê de ética. De fato, vão fazer  
32 gradualmente um retorno, que é um retorno natural e esperado. Várias pessoas da  
33 comunidade, várias outras atividades já estão retornando aos poucos, e terão de dar  
34 exemplo de como fazer isso. Então é aquilo que já mencionaram bastante, toda  
35 preocupação, vacinação, testes, se uma sala não estiver em condições não vai fazer; fica  
36 preocupado com a possibilidade de fazer coisas híbridas, no sentido de ter um grupo que  
37 está presente e outro à distância, isso é bastante complicado. Mas entende a intenção e  
38 acha que precisam tomar todos os cuidados, inclusive com a comunicação. Então não é  
39 um experimento para o retorno, é um retorno gradual, e vão melhorando e percebendo



1 todas as coisas. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz, em relação  
2 ao retorno, que uma das principais questões que possuem na Universidade nos últimos  
3 anos é justamente uma espécie de fechamento de todos os espaços públicos abertos, todas  
4 as cantinas praticamente foram fechadas, e não há lugares abertos com condições de se  
5 sentar, conversar e ficar sem aglomeração, por exemplo, sendo que a Universidade é um  
6 lugar amplo e que tem muitos espaços interessantes. Então acha que seria muito  
7 importante, principalmente na atribuição desses recursos, pensar nesses espaços, porque  
8 vão precisar utilizar muitos espaços abertos, e a Universidade foi fechando esses espaços  
9 abertos nos últimos anos. Fica muito difícil pensar a situação no *campus* sem  
10 infraestrutura de espaços abertos, principalmente pensando que a pandemia não vai  
11 terminar de uma hora para outra. O MAGNÍFICO REITOR diz que o comitê de retorno  
12 está discutindo isso também. Há uma responsabilidade da prefeitura do *campus* em buscar  
13 alternativas, e terão de encontrar alternativas provisórias. A preocupação é que se não  
14 apontarem nessa direção, terão dificuldade de ir resolvendo esses problemas  
15 gradativamente, eles terão de ser resolvidos com o retorno lento e gradual das pessoas. É  
16 ir reocupando e aumentando o restaurante de 3 para 4, para 5 mil, e ir criando espaços,  
17 abrindo possibilidades, para não planejar demais e querer fazer de uma vez, porque parte  
18 do planejamento envolve também um conhecimento mais apropriado da situação. Aquilo  
19 que possuem mais conhecimento são das pessoas que estão envolvidas no trabalho aqui,  
20 servidores e docentes. O que têm menos conhecimento é sobre os alunos, então as aulas  
21 terão de ser retomadas com cuidado, até pela questão do ensino híbrido etc. Sabem que  
22 há vários problemas, e precisam fazer uma discussão também, de certa forma,  
23 descentralizada, porque existem particularidades das unidades que precisam ser  
24 respeitadas, então dar um rumo a essa discussão sem perder o espaço para essa  
25 diversidade de abordagens é importante. O que estão querendo garantir são as condições  
26 para que isso possa ser retomado, vacina, recursos. E a infraestrutura da Universidade, os  
27 órgãos da Universidade pensarem nas questões de cantina, refeição, transporte, contratos  
28 que terão de ser ampliados ou refeitos. Não havendo mais observações, submete à votação  
29 a segunda revisão orçamentária, que é aprovada com 49 votos favoráveis e 03 abstenções.  
30 Em seguida, propõe votos de pesar à família de Josefina Steiner, servidora do Instituto de  
31 Geociências, que faleceu no dia 10 de agosto. Nada mais havendo a tratar, declara  
32 encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral,  
33 lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques que a digitasse para ser submetida à  
34 aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 17 de agosto de 2021.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 174ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, realizada em 30 de novembro de 2021, sem alterações.*